



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE FEVEREIRO DE 2025

Presidente: Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento**

Secretários: Ex.ma Sra. Bilaine Ceita

Ex.mos Srs. Silvestre Mendes

José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 40 minutos.

A Mesa prestou informação sobre a não transmissão em directo pela Rádio Nacional, tendo reagido do Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD).

Deu-se conta dos documentos recebidos pela Mesa da Assembleia Nacional.

Em declaração política, o Deputado Hélio Lavres (MCI/PS-PUN) felicitou e encorajou o novo Governo, e apelou às entidades, o Governo e os cidadãos para trabalharem juntos em prol do desenvolvimento do País.

Por sua vez, o Líder do MLSTP/PSD (Raúl Cardoso) condenou o clima de intrigas, ódio e discórdia vivido entre o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e a Assembleia Nacional, tendo reafirmado que o (MLSTP/PSD) está a favor da estabilidade institucional, e teceu críticas quanto à ausência da Presidente da Assembleia Nacional no acto de posse do novo Governo de São Tomé e Príncipe.

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 12 minutos.

A Sra. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 40 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d'Oliveira

Alberto da Trindade Luís

Alda Quaresma da Costa D' Assunção Ramos

Albertino Amélia da Cruz

Aleksander Monteiro Lima

Arlindo Quaresma dos Santos

Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento

Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço

Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar

Danilo Francisco dos Santos Quaresma

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva Teixeira

Edmilson das Neves Amoço

Honório da Luz Sousa Pontes

Itelmiza Duarte Monteiro Pires

Izilda Quaresma dos Ramos Domingos

Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso

José António do Sacramento Miguel

José Carlos Cabral d'Alva

Jozino Malupane da Veiga

Laudino Afonso de Jesus

Lourenço Aguiar Freitas

Messias Luís Fernandes Pereira

Nito de Sousa Viegas d'Abreu

Orlando Borges da Mata

Ossáquio Perpétua Riôa

Salcedas d'Alva Teixeira Barros

Silvestre Moreno Mendes

Sólito da Cunha Lisboa Neto

Teodorico de Campos

Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa

Andrade Correia Catarina

Arlindo Barbosa Semedo

Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos Santos

Conceição Vieira Moreno

Danilo Neves dos Santos

Eláckio Afonso da Marta

Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho

Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva

Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma

Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Jerónimo Lima Pires Quaresma

Jorge Lopes Bom Jesus

José Rui Tavares Cardoso

José Maria Afonso de Barros

Maria da Piedade Vaz da Conceição dos Santos Daio

Osvaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo Cardoso

Wuando Borges de Castro de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis Faleiro

Baltazar Albertina Quaresma

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

Eldímiro Emiliano Manuel

Hélio Fernandes da Costa Lavres

Movimento BASTA (MB)

Delfim Santiago das Neves

Levy do Espírito Santo Nazaré

Quero saudar de uma forma muito especial a Sra. Ministra da Justiça, dos Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos quanto nos escutam através da transmissão dos nossos serviços internos, depois explico porquê, Técnicos da Assembleia Nacional, saúdo a todos.

Quando eu disse que a transmissão está a ser feita pelos técnicos dos nossos serviços internos, Técnicos dos Serviços de Comunicação e Imagem da Assembleia Nacional, é porque a Mesa acabou de receber uma informação de que a Rádio Nacional não irá transmitir em directo a nossa sessão. Vão fazer uma gravação e depois irão divulgar. Tentei procurar por todos os meios saber o motivo, não consegui obter a resposta, então não podemos parar os nossos serviços por isso. Depois procuraremos saber o motivo desta decisão da Rádio Nacional. Porque nem alegaram questões técnicas nem coisas parecidas. Só nos foi informado de que não haverá transmissão em directo.

Tem palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

A Sra. Presidente acaba de nos dar uma informação que acho que não podemos receber assim, Sra. Presidente. Acho que se tem que saber, aliás está aqui a Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, que representa o Governo nas nossas reuniões, temos que saber o que se passa.

Na minha opinião, os trabalhos não continuam enquanto a Rádio Nacional não explicar o que está a acontecer. Esta é a minha posição e a da minha Bancada Parlamentar.

A Sra. **Presidente**: — Já agora, solicito aos outros Líderes as suas posições.

A posição do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD é não começarmos, enquanto não se explicar o motivo da não transmissão em directo.

Tenho uma informação nova, que havia um equívoco de que os trabalhos do Programa do Governo é que deveriam ser transmitidos em directo, mas é um equívoco mesmo, porque todos os trabalhos parlamentares em Plenário devem ser transmitidos em directo.

Os nossos técnicos, em sintonia com o Sr. Director da Rádio Nacional, porque temos aqui o Técnico da Rádio Nacional, estão a tentar fazer a conexão com a nossa transmissão em directo.

Alguém veja, por favor, com o Técnico que está cá se começaram já a transmissão, ou se as condições estão todas criadas para assegurar a transmissão.

Uma informação adicional, a Rádio Nacional está a transmitir e a TVS também vai passar à transmissão dos nossos trabalhos de hoje em directo.

As condições estão criadas, vamos começar.

Peço à Sra. Secretária da Mesa que faça a leitura dos expedientes que deram entrada na Mesa da Assembleia.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, dos Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, da Rádio Nacional e da TVS, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Vou fazer referência à situação das iniciativas pendentes na Mesa da Assembleia Nacional. Assim, temos:

Projecto de Lei n.º 8/XII/5.º/2024, iniciativa de um grupo de Deputados, nomeadamente: Elísio Teixeira, Arlindo dos Santos e Honório Sousa Pontes, cujo assunto é Segunda Alteração à Lei n.º 11/2019, de 4 de Novembro, Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas. Deu entrada no dia 19 de Novembro de 2024, foi admitido a 27 de Novembro de 2024, tem o parecer da 1.ª e 2.ª Comissões e a sua discussão e análise está agendada para a reunião de hoje.

Em termos de Projecto de Resolução, temos o Projecto de Resolução n.º 74, da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, assentimento para que o Presidente da República possa se ausentar do Território Nacional entre os dias 28 de Novembro e 14 de Dezembro de 2024, com destino à República de Angola, ao principado de Mónaco e à República Portuguesa. Deu entrada no dia 14 de Novembro de 2024, tem o parecer da 1.ª Comissão, foi visto em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares no dia 19 de Novembro de 2024 e hoje vamos proceder à sua aprovação.

Temos também o Projecto de Resolução n.º 75, cujo tema é assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional entre os dias 6 e 9 de Fevereiro com destino à República da Guiné Equatorial, a fim de participar na Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes do Estado e de Governos da Comunidade Económica dos Estados-Membros da África Central (CEEAC). Deu entrada e foi admitida no dia 23 de Janeiro de 2025, tem neste momento parecer da 1.ª Comissão, foi visto em Conferência dos Líderes Parlamentares no dia 27 de Janeiro e está agendada também a sua análise e votação para esta reunião plenária.

De seguida, temos o Projecto de Resolução n.º 76, cujo assunto é assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional entre os dias 14 e 18 de Fevereiro do ano em curso com destino a Adis Abeba, Etiópia, para participar na 38.ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estados e de Governos da União Africana. Deu entrada no dia 31 de Janeiro, foi admitido a 5 de Fevereiro, tem o parecer da 1.ª Comissão e também foi analisada na Conferência dos Líderes Parlamentares no dia 11 de Fevereiro. Está agendada também a sua análise e votação para o dia de hoje.

Temos de seguida os Projectos de Resolução n.ºs 77, 78, 79, 80 e 82. O n.º 77 refere-se a prorrogação da 5.ª Sessão Ordinária da XII Legislatura da Assembleia Nacional. Deu entrada no dia 11 de Fevereiro, foi admitido a 12 de Fevereiro e sua discussão está agendada para esta reunião plenária.

O Projecto de Resolução n.º 78, eleição de dois membros da Mesa da Assembleia Nacional, vice-presidente e secretário, deu entrada também no dia 11 e admitido no dia 12 de Fevereiro.

Temos o Projecto de Resolução n.º 79, cujo assunto é substituição do membro suplente no Conselho de Administração da Assembleia Nacional, deu entrada no dia 12 de Fevereiro e admitido também nesta mesma data.

O Projecto de Resolução n.º 80, eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado, deu entrada no dia 12 e admitido também no mesmo dia, 12 de Fevereiro, também está agendada a sua análise e votação para hoje.

Temos finalmente o Projecto de Resolução n.º 82, eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa. Deu entrada no dia 12 de Fevereiro, também com a mesma data de admissão e também está prevista a sua análise e votação para esta reunião plenária.

A Sra. **Presidente**: — Posto isto e porque os grupos parlamentares assim o solicitaram, vamos passar para ao período de declarações políticas.

Tem a palavra a Sr. Hélio Lavres.

O Sr. **Hélio Lavres** (MCI/PS-PUN): — Sua Exa. a Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Caras Deputadas, Caros Deputados, Excelências: «É com profundo senso de responsabilidade e compromisso que a Coligação MCI/PS-PUN se dirige a todo o povo sâo-tomense e aproveita esta oportunidade para parabenizar o novo Governo, por sua recente tomada de posse e pela responsabilidade que assume em guiar a nossa Nação.

Excelências, vivemos tempos desafiadores, onde as dificuldades quotidianas nos testam e exigem de nós uma resiliência que nem sempre é fácil de manter. No entanto, é fundamental lembrar que mesmo diante das adversidades a esperança e a união podem nos guiar rumo a um futuro melhor.

As autoridades governamentais façam um apelo sincero e encorajador, que possamos trabalhar juntos, em sintonia, para melhorar a qualidade de vida de todos os nossos cidadãos. É imprescindível que o Governo ouça as vozes da população, identifique as necessidades urgentes e desenvolvam políticas públicas que promovam a inclusão, a saúde, a educação e o emprego digno.

O progresso verdadeiro só é possível quando todos têm as suas necessidades atendidas e as suas vozes respeitadas.

Acreditamos na capacidade de superação da nossa sociedade e nas iniciativas que podem surgir em colaboração entre o Governo e os cidadãos. Juntos podemos criar um ambiente onde todos tenham a chance de prosperar. Vamos construir soluções que garantam não apenas a sustentabilidade do nosso presente, mas também o futuro das próximas gerações.

A todos os cidadãos e governantes, em nome do MCI/PS-PUN, deixamos uma mensagem de encorajamento e determinação. Que possamos enfrentar os desafios com coragem e nunca desistir de buscar a transformação que tanto desejamos. A mudança começa aqui, está em nossas mãos.

Unidos somos mais forte!

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. Presidente: — Tem palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Excelência, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Excelências, Sras. e Srs. Funcionários Parlamentares, Povo de São Tomé e Príncipe: Antes de mais, quero em nome da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD endereçar uma saudação muito especial ao nosso povo, saudação que é extensiva à nossa diáspora e aos estrangeiros residentes no nosso país.

O Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD pretende deixar nesta sessão uma nota sobre o seu posicionamento relativamente ao actual contexto político e sócio-económico de São Tomé e Príncipe e a não presença da Assembleia Nacional no acto de posse do XIX Governo Constitucional.

Antes de entrar no âmago da nossa declaração política, desejamos à Sra. Presidente da Assembleia Nacional, à Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, às Sras. e aos Srs. Deputados um ano novo cheio de prosperidade nas vossas vidas profissionais, pessoais e familiares. Os nossos votos são extensivos ao nosso povo e aos estrangeiros residentes no nosso país.

Sra. Presidente, há toda a necessidade de pacificarmos o ambiente político neste tempo de desafios e transformações. A política que deve ser a arte do entendimento e da construção colectiva muitas vezes se vê contaminada pelo radicalismo, pela intolerância, pelas intrigas, pela perseguição e pelo conflito permanente, gerados por confrontos entre interesses que nem sempre são os interesses do povo e do País. Isso enfraquece as nossas instituições, destrói as nossas relações e afasta o povo do importante movimento que deve caracterizar a participação política. A participação política exige dos políticos compromisso, com diálogo e respeito pelas diferenças, e deve ser o espaço onde todos podem reflectir, enquanto partes de um mesmo projecto democrático.

Não devemos permitir que o ódio vença a esperança e que a discordia destrua as pontes que nos unem. A forma com que entramos para o actual contexto político que estamos a vivenciar deveu-se à falta de diálogo e cooperação entre o Presidente da República e o anterior governo, conjugado com a inexistência de articulação entre o Governo e a Assembleia Nacional. Esse ambiente político criou uma situação insustentável, o que levou o Presidente da República a demitir o governo. Para além das causas da origem do confronto entre o Presidente da República e o governo, o nosso Grupo Parlamentar também constatou falta de informações para o exercício necessário do trabalho parlamentar, de controlo e fiscalização do executivo, pois foram vários requerimentos sem respostas que formulamos ao anterior executivo, para que nos facultasse informações sobre os sectores sócio-económicos, designadamente: concessões celebradas pelo governo para adjudicar a produção e fornecimento de energia, investimento e gestão do Aeroporto e da ENAPORT, instrumentos necessários ao exercício das nossas funções enquanto Deputados.

No quadro do actual contexto político, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, de acordo com as políticas traçadas pelo nosso Partido, pretende elucidar algumas percepções denunciadas que alvitram em alguns sectores da sociedade, de que o MLSTP/PSD apoia uma parte ou outra do conflito institucional que teve lugar no País.

Queremos aqui reafirmar o nosso comprometimento com uma postura de independência, de imparcialidade e de defesa intransigente dos interesses do povo que representamos. Por isso, a nossa postura não estará vinculada a compromissos ou alinhamentos automáticos com qualquer outras políticas, tão pouco com as directrizes do governo ou de outros partidos de oposição. Todas as decisões, votos e posicionamento do nosso Grupo Parlamentar serão pautados exclusivamente pela análise criteriosa das matérias em debate e serão tomadas no respeito do interesse público e em consideração do impacto positivo que possam gerar para a sociedade.

Pautaremos também pelos valores da ética, transparência e responsabilidade, colocando sempre os interesses colectivos acima de quaisquer agendas partidárias, de grupos ou pessoais.

Garantimos que o nosso posicionamento é e será a favor da estabilidade política e governativa, elementos essenciais para promover o progresso económico, social e a confiança nas instituições, na esperança de que o diálogo e a cooperação estratégica entre o Presidente da República e o Governo sejam fortalecidos e articulados no bom sentido, e nas relações do Executivo com a Assembleia Nacional. Também seremos activos quanto a solicitações de informações ao Executivo, para o melhor cumprimento das nossas funções de oposição democrática, e exigimos que sejam cumpridos por parte do Governo o estatuído na Constituição e na Lei de Estatuto de Oposição.

Acreditamos que o respeito pela pluralidade é essencial em democracia e que a política não pode ser um campo de guerra. Ela deve ser uma rena de debate, de divergência e de busca conjunta de soluções para o País.

Sra. Presidente, a sua ausência no acto de posse do novo Governo violou o cumprimento do dever institucional que lhe cabe, enquanto figura máxima deste Órgão de Soberania. A Sra. Presidente, por razões de saúde, faltou à cerimónia oficial de relevância para o Estado e o País e nem indicou nenhum membro da Mesa que pudesse participar no acto de posse do novo Governo, ficando este acto marcado pela ausência da Assembleia Nacional, órgão de soberania do Estado. A democracia exige, acima de tudo, que os representantes máximos do povo assumam devidamente as competências e responsabilidades que lhes são confiadas, com agilidade, decoro, imparcialidade e compromisso que o cargo exige.

Não podendo tolerar atitudes que diminuem a dignidade desta Instituição ou a confiança que os cidadãos nela depositam, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD manifesta o seu repúdio por essa lamentável ocorrência.

Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, São Tomé e Príncipe precisa de maturidade política, de serenidade, de sentido de responsabilidade e de um pacto de estabilidade democrática. Devemos procurar fazer a política com respeito, sem abrir mãos das nossas convicções, mas sempre tendo como norte o bem comum, portanto, o bem do nosso povo, o bem do nosso país.

Agradecemos a atenção de Vossa Excelências e colocamo-nos à disposição para um diálogo aberto e construtivo em todos os assuntos que visam o progresso e o bem-estar das nossas populações.

Não podemos terminar sem voltar a exigir das autoridades competentes do nosso país um cabal esclarecimento dos acontecimentos do 25 de Novembro de 2022, no Quartel General das Forças Armadas do nosso país, que teve como consequência a tortura e a morte de quatro cidadãos nacionais. Houve crimes e perdas de vidas humanas. Que os crimes não podem e nem devem ficar impunes na nossa República. Acreditamos que o não esclarecimento desta monstruosidade e a condenação dos culpados levou a outros actos de violência protagonizado pelos militares e agentes da Segurança do Estado, como agressão ao Vice-Líder da nossa Bancada Parlamentar, da qual ainda hoje aguardamos um desfecho, pois queremos viver no nosso país sem medo, em paz e em segurança.

Termino, com as sábias palavras do físico alemão que desenvolveu a teoria da relatividade, Albert Einstein, «a paz é a única forma de nos sentirmos humanos».

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. Presidente: — Antes de passarmos para qualquer outra questão, até porque o Grupo Parlamentar do ADI não tem qualquer declaração política a fazer, só gostaria de, a partir daqui, informar à Nação de que Sua Excelência o Sr. Presidente da República, aquando do empossamento do XIX Governo, sabia que eu, Celmira Sacramento, não estaria, por motivos que não vou aqui esgrimir.

Por quê também não indicar outro representante? Com relação à Assembleia e aos Deputados que eu represento, chamei todos os Líderes Parlamentares e os informei da situação, esperando que através destes todos os outros deputados tivessem a mesma

informação. Isso foi feito, lamento, mas as pessoas que devem estar envolvidas e as que deveriam merecer uma atenção, tiveram essa atenção em tempo oportuno. Digo mais uma vez, lamento.

O Sr. Deputado Danilo Santos tinha solicitado uma intervenção prévia. Se ainda a quiser fazer, tem a palavra.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Sras. e Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, cidadãos estrangeiros que escolheram São Tomé e Príncipe como a sua nova Pátria e todos que nos acompanham, bom dia.

Sra. Presidente, muito obrigado por me conceder mais uma vez este ponto prévio.

Primeiro, para repetir o agradecimento que fiz ontem, quando pedi o ponto prévio. Como eu gosto de ser coerente comigo, porque ontem levantei o assunto do rastreio aos Deputados, devo também vir cá felicitar a Sra. Presidente, que em tempo revogou o despacho que autorizava os Serviços de Segurança a fazer o rastreio. É louvável, é isso mesmo que queremos em democracia, é isso que nós queremos no nosso Estado de Direito, para nós cultivarmos a paz, o entendimento e a harmonia.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Não ficaria bem com a minha consciência, se não viesse cá falar deste assunto.
Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Despacho revogado e vamos continuar a trabalhar. Mas era só para dizer e contextualizar que o despacho não continha um único ponto. Havia mais pontos e mais situações que a Presidente tentou assegurar. E tendo em conta que todos não tiveram acesso ao despacho, eu vou rapidamente apresentar o despacho, que agora já é revogado. «Despacho n.º 19/XII/GPAN/2022».

Tornando-se imperioso garantir a maior segurança nos dias em que se realizam as sessões plenárias na Assembleia Nacional;

Nestes termos, usando da faculdade que me é conferida pela alínea k) do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Nacional (*Manter a ordem e a disciplina, bem como a segurança da Assembleia, podendo para isso requisitar e usar os meios necessários e tomar as medidas que entender conveniente*);

Determino:

Primeiro, fica proibida a entrada de pessoas estranhas, tanto no recinto do Palácio dos Congressos como na sala das reuniões plenárias, nos dias das sessões.

Segundo, ficam todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas e funcionários da Casa Parlamentar sujeitos a revista, tanto no portão principal como na escadaria da entrada à Sala do Plenário.

Terceiro, fica proibida a entrada e circulação de viaturas alheias aos serviços parlamentares, com exceção das dos titulares dos Órgãos de Soberania, dos Membros do Governo, da Imprensa e dos serviços de defesa e segurança.

Quarto, fica autorizada a entrada dos jornalistas, devidamente credenciados, no recinto do Palácio dos Congressos, nos dias de sessões plenárias.

Quinto, o presente Despacho entra imediatamente em vigor.

Cumpre-se.

Publique-se.

Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 28 de Novembro de 2022.

A Presidente, *Celmira Sacramento.*»

É todo este despacho que foi revogado. É só para dizer que o despacho não continha um único ponto. Havia mais. Todavia, muito obrigada, Sr. Deputado Danilo, por trazer cá esta situação, para ficarmos já assim todos esclarecidos.

Temos a lista de inscritos, mas precisamos da ordem de intervenção. Por isso, solicito se já há algum inscrito. Se não, podem começar a se inscrever.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros, para uma intervenção.

Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Excelência, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Funcionários da Casa Parlamentar, Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Sra. Presidente, depois de ouvir ontem a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, durante a apresentação do programa do Governo, fiquei com a sensação de que de facto houve um virar da página, com a célebre frase «não deixar ninguém para trás». Perante este cenário, Sra. Ministra, gostaria de lançar uma réplica ao Governo: que o actual Governo se distanciasse da postura do anterior governo do ADI, que bloqueava a oposição na Comunicação Social.

Outrossim, Sra. Presidente, para darmos um sinal de virar de página, teremos uma oportunidade, nós os Deputados, na fase da eleição dos lugares, principalmente aqui na Assembleia Nacional. Estaríamos a mandar uma mensagem ao povo de São Tomé e Príncipe de que de facto houve um virar de página.

A última questão, Sra. Ministra, aquando da aprovação do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano do governo anterior, nós do MLSTP pedimos ao governo que revisse o IVA que era cobrado aos alunos e estudantes das escolas privadas. Eu gostaria de pedir ao Governo quem na elaboração do próximo Orçamento Geral do Estado tomasse em consideração esta nossa preocupação.

Muito obrigada.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado José Maria Barros.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, permita-me apresentar-lhe as minhas saudações, à Mesa, Ilustres Srs. Deputados, Sra. Ministra, Povo de São Tomé e Príncipe, especialmente à população da Região Autónoma do Príncipe.

Sra. Presidente, a minha intervenção incide sobretudo muito directamente ao Governo, portanto, gostaria da atenção da Sra. Ministra.

Sra. Ministra, eu quero aproveitar esta oportunidade, porque de facto desde ontem já ouvimos do Governo que está na fase de preparação do Orçamento Geral do Estado e porque há necessidade de ter intervenções muito pontuais causadoras de mudanças positivas no sistema nacional, eis que venho aqui levantar as seguintes questões:

A primeira é alertar o Governo para manter uma relação saudável de proximidade com o Governo Regional e a população do Príncipe. É fundamental.

Outra questão tem a ver com transferências financeiras ao Tesouro regional, para fazer face às dificuldades que o Príncipe enfrenta.

A última transferência que o Príncipe recebeu, que pode chegar a 1 bilhão de dólares/ euros, foi em 2022. De lá para cá, o Príncipe recebeu, em 2023, dito aqui pelo anterior primeiro-ministro, uma transferência de 200 000 dólares. 200 000 dólares não chegam para fazer investimento para cerca de 9 000 habitantes. Nem eu próprio, 200 000 dólares não são suficientes para fazer investimento nas minhas perspectivas pessoais. É necessário fazer transferência de verbas mais avultadas, porque o Príncipe carece de bastante investimento. Neste contexto, Sra. Ministra, há um assunto que é bastante doloroso no Príncipe, que é a questão de doentes que são

transferidos para São Tomé. O Sistema de Saúde está bastante precário a nível nacional, mas com um impacto também bastante forte na Região Autónoma do Príncipe. As pessoas, quando estão doentes, são quase sempre transferidas para São Tomé. E o doente, quando vem para São Tomé não vem com nenhum subsídio, ninguém da nada ao doente. Então, o indivíduo já doente, com as suas dificuldades, vem sem dinheiro e enfrenta bastante problema aqui em São Tomé. Tanto separação familiar como problemas económicos, porque consultas e análises são pagas. É preciso inverter essa situação, criando melhores condições de saúde para a Região Autónoma do Príncipe e para a sua gente.

Por último, para não ser muito extenso, era bom que tomasse boa nota sobre a questão de infra-estruturas regionais. Sra. Ministra, há duas semanas, o Governo foi forçado a arrendar mais uma casa construída para habitação, para o serviço do Estado, isso tudo porque o investimento que dever ser feito a nível do sector das infra-estruturas não tem tido efeito positivo. As infra-estruturas estão a degradar-se, o Passo de Conselhos, que já houve vários governos a fazerem promessas, ninguém conseguiu resolver o problema, e o Governo vê-se impedido de ter conforto suficiente para trabalhar, e casas para habitação estão a ser adaptadas para serem escritórios e gabinetes do Governo Regional.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Enquanto as Sras. e os Srs. Deputados preparam as suas intervenções, não temos por enquanto inscritos, aproveito para fazer a situação do tempo. Para este período disponibilizamos 60 minutos, sendo 33 para o ADI, 20 para o MLSTP/PSD, 5 para o MCI/PS-PUN e 2 para o Movimento BASTA.

Srs. e Sras. Deputadas, disponham do tempo, estamos a aguardar a inscrição. Se não houver, vamos avançar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para a sua intervenção.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Sra. Presidente, Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, hoje está solitária, e ontem estava um bocado deslocada. Explico...

Murmúrios.

Estou mesmo apaixonado. Politicamente apaixonado.

Risos gerais.

Quando eu digo que está deslocada, é porque a Ministra dos Assuntos parlamentares, quando está na Casa Parlamentar, deve estar no lado esquerdo do Primeiro-Ministro, independentemente das previdências protocolares do Governo. Por isso é que eu falei que estava deslocada.

Bem, eu só tenho 2 minutos, mas porque estamos a falar de virar de páginas, eu gostaria que analisássemos isso por dentro. A sociedade precisa de virar de página, o Governo aqui anunciou e nós aplaudimos, mas também temos que virar para dentro, virar de página cá na Assembleia Nacional. Nos nossos comportamentos, nas nossas formas de agir, nas nossas intervenções e também no trabalho parlamentar. Eu não posso deixar de manifestar a minha inquietação quanto a um parlamento que tem 2 meses de férias, 4 meses de trabalho. Fomos de férias a 15 de Agosto, retomamos a 15 de Outubro, só no final do mês de Outubro houve uma sessão, de lá para cá só ontem é que voltamos a reunir, nas vésperas de novas férias parlamentares. É muito mau! O cidadão que está lá em casa, que paga os Deputados e funcionários parlamentares não vai compreender como é que o Estado desbloqueia verbas para pagar salários e nós só reunimos duas vezes em 8 meses. Não é bom para a nossa própria imagem. Por isso, cabe a todos nós assumir esta responsabilidade.

Não se fala isso em *off* porque o povo sabe. Atenção, o trabalho que se faz nas comissões o povo não acompanha nem sabe. Vamos ser claros. Estou a falar por experiência própria. O único trabalho que o povo acompanha e sabe que a Assembleia está a trabalhar é a reunião plenária.

Quando eu vejo o leque de assuntos para hoje, quer dizer que havia matéria para nós nos reunirmos antes.

Muito obrigado, era só isto.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, bom dia.

Eu tomo a palavra, porque há uma questão que nos tem deixado um pouco preocupados, não é desta legislatura, já vem de algumas, mas temos que fazer alguma coisa para alterar. Tem a ver com o facto de um partido, uma coligação ou um grupo de cidadãos não eleger o número de deputados suficiente para se constituir em grupo parlamentar. Isto aconteceu na legislatura passada com os deputados do MCI/PUN, eram dois deputados que ficavam ali à deriva algures na Assembleia Nacional, no edifício do Palácio dos Congressos, não tendo uma cadeira ou um espeço para se assentarem. Na legislatura passada isto aconteceu e nesta Legislatura continua a acontecer. Nós temos dois Deputados, que também são nossos colegas, somos ao todo 55 Deputados, do Movimento BASTA que estão na mesma situação hoje que estiveram os deputados do MCI. Eu gostaria de pedir à Mesa da Assembleia Nacional que fizesse um esforço, até porque um desses dois Deputados foi Presidente da Assembleia Nacional. E não fica nada bem, também por uma questão de imagem, ter um ex-Presidente da Assembleia Nacional algures na Assembleia à procura de lugar para assentarse, enquanto a plenária não começa. Acho que isso não é bom para a imagem do nosso Parlamento.

Outra questão, eu não estou a responder ao Deputado que me antecedeu, mas por acaso eu também estava com essa preocupação. Nós tivemos poucas sessões plenárias, mas tivemos muito trabalho a nível das comissões, fizemos muitas visitas, recebemos aqui entidades, portanto, tivemos trabalho.

Como dizia o Deputado que me antecedeu, esses trabalhos não são muito divulgados. Eu acho que é um desafio. Temos que divulgar mais as acções da Assembleia, para que o cidadão na realidade possa saber que a Assembleia Nacional não se circunscreve apenas às reuniões plenárias. Porque é esta imagem que as pessoas têm, que é preciso quebrar. Então, desafio a Mesa a criar condições técnicas, se for o caso, para que se divulgue mais os trabalhos da Assembleia Nacional, para quebrarmos isso. É de facto muito triste a imagem que as pessoas têm da Assembleia Nacional.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado José António, Líder Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. Baltazar Quaresma (MCI/PS/PUN): — Sra. Presidente, Mesa, Caras e Caros Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Srs. Técnicos desta Casa Parlamentar e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, que reside no País, na Diáspora e também na Região Autónoma do Príncipe, muito bom dia.

A questão que me traz aqui tem a ver com o problema que a população do centro de Angolares enfrenta, para não dizer de uma forma geral Caué, a questão de água. Aliás, eu já havia referido a isso com o anterior governo, tendo em conta que é um bem que convencionalmente é imprescindível para a vida humana. Eu sinto-me muito constrangido e custa-me acreditar como é que na altura em que nós estamos a água constitui um problema sério para a população de Angolares. Vejam lá, a população de Angolares, ou de uma forma geral, São Tomé e Príncipe, tem um contrato efectuado com a EMAE. Quando as pessoas celebram um contrato com a EMAE, para a questão da energia, ao mesmo tempo se inclui a água. Pagamos energia e água, e é dessa água que não estamos a beneficiar. Isto é muito crítico. No dia-a-dia as mulheres e crianças de Angolares percorrer um bairro para outro à procura de água, e muitas vezes, quando chegam num determinado bairro, não encontram água. Isto é terrível, é uma questão muito séria. Talvez vocês estejam a receber isso de ânimo leve, mas é muito sério e preocupante. Caué é um distrito que chove tanto, mas, contrassenso, temos graves problemas de água, nesta altura.

Eu estou em crer que é preciso fazer um estudo. Na altura em que fizeram a canalização, construíram o tanque, o sistema e tudo isto, o número da população, era muito reduzido. Hoje, com o andar do tempo, a população está a crescer. Então, nós temos que construir coisas de acordo com a atualização do crescimento da população.

Portanto, esta é a mensagem e a preocupação que eu quero deixar à representante do Governo que está cá presente, a Sra. Ministra da Justiça, para levar ao Governo. Isto é muito grave!

Muitas vezes nós da zona somos interpelados por diversas pessoas que convivem connosco, por que é que nós não levantamos esta questão. Eu digo que já levantei esta questão n vezes, não é uma questão nova. Estão a perceber? Nós estamos a falar de água. Quando não há água, aliás alguém referiu isto aqui, pode surgir outros problemas que têm a ver com a saúde pública, falta de higiene e tudo isso.

Daí que, para voltar a referir, não sei, nós estamos a falar de um país muito pequeno, mas em que a água constitui um problema, meus senhores! Como é que um governo, um Estado não consegue resolver problema de água para uma população muito ínfima? Eu não estou a falar de Caué de uma forma geral. Aliás, quase todos os pontos de Caué têm rio. Qual é o problema afinal de contas, minha gente!? Eu já disse isso ao governo passado. Nós não estamos a falar de compra de um avião, construção de autoestrada. É água. É de água que estamos a falar, meus senhores. Até quando vamos resolver esse problema? Até quando?

Hoje nós estamos a falar de não deixar ninguém para trás, e eu espero que de facto este lema seja um lema que possa efetivar-se, possa tornar uma realidade, não só ficar no papel.

Eu aprecio muito os grandes eixos do Programa do Governo e fiquei muito satisfeito. Não deixar ninguém por trás. Wau, muito bem! Vamos ver daqui a 1 ano ou até às eleições, se de facto toda gente vai ficar à frente, toda gente vai estar incluída. Eu quero ver isto.

Risos.

Eu não gosto só de papel, eu não gosto só de discursos bonitos. Eu gosto de acção.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

O mais importante é acção, concretizar as coisas. Não deixar ninguém, ir para frente, eu quero ver, estamos aqui para ver.

Quantos protestos que não fizeram aqui em São Tomé, quantas coisas que não fizeram em São Tomé, hoje estão a trazer discursos bonitos, não deixar ninguém para trás. Nós estamos aqui para ver. Nós somos fiscalizadores, nós estamos aqui para fiscalizar. Isto tem que se tornar uma realidade! É muito bonito falar dessas coisas.

Muito bem, eu vou dar continuidade às minhas preocupações...

Murmúrios.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — *Deixa homem falar.*

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS/PUN): — Para não só falar de água, nós temos outros problemas também. Aliás, estamos à espera do Orçamento, este não é o momento próprio. Aquando da discussão do Orçamento, traremos muitos problemas que afetam Caué. Para começar, posso falar da estrada. Estamos a falar de um distrito...

A Sra. **Presidente**: — O Grupo Parlamentar do ADI dá mais 2 minutos ao Sr. Deputado. Podem descontar no tempo do ADI.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS/PUN): — Não, um gajo fica sentido com essa coisa pá. Nós somos jovens políticos, e eu também não quero cair nesse inferno. Estão a perceber? As coisas têm que se concretizar. Estão a brincar ou quê?

Ora bem, eu me referi a água, mas a outra questão que nos aflige, quando percorremos o troço que liga Ribeira Peixe, Agripalma a Portalegre, aquilo é quê? É estrada? Aquilo existe? Eu vou falar disso no Orçamento Geral do Estado, no momento próprio.

Estamos a falar também do famoso liceu de Caué. Houve ninharia à volta disto, querendo infernizar a vida de alguém que não tem nada a ver com a questão. Nós sabemos que a questão do liceu de Caué tem a ver com o governo anterior. Não tem nada a ver com pessoas individuais, Deputados do MCI, nada absolutamente. É preciso que as coisas sejam ditas como elas são, para o povo perceber. Nós queremos um liceu em Caué. Não deixar ninguém para trás. Nós não estamos atrás? Estamos atrás.

Depois podemos também falar do campo de futebol. Há muita coisa que nos aflige. Estão a perceber.

Portanto, eu deixo estas questões para o Orçamento, quando nós discutimos o Orçamento.

Muito obrigado ao partido que me deu mais 2 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado, Baltazar Quaresma.

Tem a palavra o Sr. Deputado, Edmilson Neves

O Sr. **Edmilson Neves** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social e desta Casa Parlamentar, bom dia.

Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, gostaria de parabenizá-la pelas novas funções, por ser alguém com quem eu já tive a oportunidade de partilhar uma sala de aulas, conheço as suas capacidades e, portanto, eu sei que dará o seu melhor em prol do benefício do sucesso do País.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Hoje é dia 14.

O Sr. Edmilson Neves (ADI): — Sra. Presidente, eu gostaria de desejar um feliz dia dos namorados a todos, já que hoje é o dia 14 de Fevereiro.

Aplausos do ADI.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu entrei para a política, mas antes fazia o associativismo com o objetivo também de dar um contributo ao meu país. Dentro da minha acção, tanto no associativismo como na política, sempre privilegiei os princípios da honestidade, da gratidão, da humildade, dentre outros. Eu não poderia estar aqui neste Plenário, de acordo com a minha consciência, se não dissesse o que eu vou dizer agora. Tem-se introduzido uma narrativa na sociedade sãotomense, de que o Sr. Patrice Trovoada é o elemento de desunião, é o elemento de ódio, é o causador de todos os males de São Tomé e Príncipe. É uma narrativa perigosa, uma narrativa que não nos ajuda a enfrentar a situação política e social que nós temos hoje à nossa frente, uma narrativa e uma estratégia que mancha a política.

Eu confronto qualquer líder partidário de acordo com as propostas ou as soluções que apresenta para resolver um determinado problema e o resultado dessas propostas. Eu não enfrento um líder político, um primeiro-ministro, um presidente dum partido, um presidente da República, por ele ser mulato, por ser preto, por ser de grupo de futebol clube, por ser do Benfica e eu ser do Porto.

E nós estamos a caminhar para uma sociedade muito populista, onde tudo hoje serve para fazer política. Isto está mal, e a única forma de nós combatermos o populismo é termos a coragem de dizer as coisas.

Muitas vezes, mesmo nós os deputados somos coartados na nossa liberdade de expressão, porque quando nós falamos uma coisa aqui, mais tarde já está toda desvirtualizada nas redes sociais. Há um constante assassinato do carácter das pessoas, e isso coarta o direito de liberdade de expressão, que também serve para os dirigentes políticos.

Disto isto, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, o governo cessante lançou pedra para a construção de um campo de futsal no centro da Trindade, a obra estava em andamento dum formão não tão acelerada, e eu gostaria, a partir deste púlpito, de instar o Governo que possa dinamizar os mecanismos para que esta obra possa ser concluída o mais rapidamente possível, porque os jovens clamam pela sua conclusão.

Depois dizer à Sra. Ministra que eu acho que nós temos que educar a nossa juventude, porque de facto somos o pilar do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, mas é necessário que as nossas acções estejam balizadas pelo conhecimento. Nós temos que começar a privilegiar o conhecimento. E a minha proposta para nós começamos a privilegiar o conhecimento é abrir uma biblioteca, Sra. Ministra, em todas as escolas, tanto primárias como secundárias, para que as pessoas possam ganhar o gosto pela leitura.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Edmilson das Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Pontes, para uma intervenção.

O Sr. Honório Pontes (ADI): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Povos de São Tomé e Príncipe, cá e na diáspora, bom dia.

Eu venho cá falar um pouco da questão que também aflige o meu Distrito, a minha zona, reforçando a questão de água, ou seguindo a esteira do Deputado Baltazar. Às vezes, falar desse nome, apetece-me rir.

Risos Gerais.

Nós temos o problema gravíssimo de água no Distrito de Lobata, falo concretamente da Vila de Conde, onde não tínhamos o problema de água. Já falei disso aqui várias vezes. O que é que acontece? Eu já tive momentos com o Diretor da Água, mas nada se fez. Temos problemas graves, às vezes passamos 2,3 semanas sem água. Já falei com o Director, e eu gostaria, como se está a preparar o Orçamento, Sra. Ministra, que se visse esta questão.

É verdade que o Ministro de Infra-estruturas falou ontem de água aqui, falou comigo, é uma pessoa em quem eu acredito bastante, mas que o Governo o ajude a resolver esse problema de água, porque está muito complicado, a população tem sofrido muito. Como disse o Deputado Baltazar, em São Tomé não devíamos ter problema de água. É vergonhoso um país como São Tomé, rios por todos os distritos, ter problemas de água. Eu não sei se é esquecimento ou falta de algumas revisões. Nós devemos refletir sobre a água, minha gente!

Sra. Ministra, por favor, veja esta questão no Orçamento, ajude o nosso Ministro de Infra-estruturas, em quem eu acredito e, claro, o povo acredita nele, nas suas capacidades e na sua vontade de fazer. Eu sei, porque é uma pessoa com quem eu converso, uma pessoa amiga. Vamos resolver esta questão de água, por favor!

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Honório Pontes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. Messias Pereira (ADI): — Muito bom dia, Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sra. Ministra, Povo de São Tomé e Príncipe.

Eu começo a minha intervenção com um trecho de um poema da nossa querida nossa Alda do Espírito Santo, que diz: «água, água, a água». Existe um programa que é «Saúde para Todos». Eu acho que este novo Governo deve adotar «água para todos». Eu não entendo, existe uma empresa que está na Região Autónoma do Príncipe, a construir uma estação de água, no Sul da ilha do Príncipe, há mais de 4 anos, com um orçamento que ronda os 4 milhões de euros, já recebeu cerca de 40% deste valor, mas onde é que está a água? Água, onde está.

Sra. Ministra, junto do seu elenco, junto do Sr. Primeiro-Ministro, por favor, já que todas as localidades de São Tomé e Príncipe têm o mesmo problema, padecem deste problema, o problema de água, então, vamos adotar esse lema para esta legislatura. Água. Vamos tentar resolver o problema da água em todo São Tomé e Príncipe.

Para não falar também da energia, pois eu tomei conhecimento de que a Região Autónoma do Príncipe apenas consome 1.2 megawatt de energia e mesmo assim tem graves problemas de fornecimento de energia. Nós não conseguimos ter energia 24 horas, e só precisamos de 1.2 megawatt de energia por dia.

Não vou estender muito, mas também quero deixar aqui um pequeno e o último alerta. Na Região Autónoma do Príncipe, um indivíduo que tira carta de condução só recebe a carta de condução 8 a 12 meses depois. Porquê? O valor pago é o mesmo que é pago em São Tomé, e se calhar até o mesmo que é pago em Portugal. Uma carta de condução ronda 10 000 dobras, que são cerca de 400 euros, que é o mesmo valor que se paga na Europa para tirar a carta de condução. Por que é que um indivíduo paga 400 euros,

para fazer a sua carta de condução, só recebe 12 meses depois e às vezes tem a necessidade de vir a São Tomé, para poder resolver esse problema.

O Bilhete de Identidade demora 15 dias. Por que é que um Bilhete de Identidade demora 15 dias na a Região Autónoma do Príncipe?

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

Tem a palavra a Sra. Deputada, Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Bom dia, Sra. Presidente da Assembleia, bom dia todas Deputadas e Deputados, bom dia Sra. Ministra, bom dia São Tomé e Príncipe e aqueles que estão na diáspora.

Eu vim falar sobre o mercado de Bôbô-Fôrro. A infra-estrutura do mercado de Bôbô-Fôrro foi mal iniciada e hoje está a trazer grande confusão no mercado. Porque fizeram praticamente barracas à frente do mercado e taparam toda parte de mesas dentro do mercado. Assim, nós queremos que o Governo tome iniciativa quanto à infra-estrutura, que também não terminou. Lá precisa de organização. Algumas infra-estruturas que também terminaram estão abandonadas, e as pessoas estão na rua a vender, dizendo que não tem espaço. Há lugar no mercado com mesas desocupadas, e há parte de infra-estruturas dentro do mercado, barracas, que também estão fechadas, para pessoas e cães fazerem necessidades.

Eu gostaria que o Governo tomasse iniciativa de ajudar-nos lá no mercado de Bôbô-Fôrro, para que nós possamos organizar o mercado bem.

E também eu quero falar de São Gabriel, onde vivia o anterior Ministro. Lá está muito mal. A estrada de São Gabriel está toda destruída, e São Gabriel não tem água. Em nenhum quintal água escorre e só temos um chafariz público, que foi o ADI que fez, onde as pessoas de S. Marçal, Pantufo e Bairro Verde vão apanhar água.

Peço urgente para dar uma mão em São Gabriel, para que nós tenhamos água como é devido para as necessidades da população.

E também a estrada não está nada bem. O anterior ministro vai rodear até S. Marçal, para chegar onde quer chega, porque ele próprio nem passa de lá. Mas é normal, é acontecimento.

Tchau, tchau.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Izilda Domingos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direitos da Mulher, Srs. Técnicos da Casa Parlamentar e da Comunicação Social, bom dia. Essas saudações são extensivas a toda população sâo-tomense, tanto residente em São Tomé como na diáspora, os nossos seguidores, que acompanham as nossas acções e que as vezes têm uma acção construtiva, comentários construtivos.

Eu peço a palavra para falar de uma preocupação do momento, que tem a ver com os meninos de rua e meninos na rua. Sra. Ministra, não sei qual é o plano que existe, ontem não falamos disso, eu sei que é uma situação que afecta e preocupa bastante a nossa sociedade. Nós, a cada dia que passa, temos tido mais números de meninos na rua e da rua, o que não fica bem para a imagem do nosso país. Nós sabemos que com essa questão de mobilidade há pessoas que têm estado a sair e deixar os seus filhos, meninos de 13, 14, 15 anos, na escola a estudarem, mas vivem sozinhos em casa. Há muitos casos desse. É preciso que se reveja, não sei, a Lei de emigração, para se calhar pôr cobro a essa situação.

Os meninos da rua muitas vezes até chegam a incomodar os nossos turistas. Quem vai ao Aeroporto tem olhos para ver, quem está ali à frente das padarias tem olhos para ver.

Daí que, Sra. Ministra, é preciso, se calhar, também ver a questão da responsabilidade, tentar saber se esses meninos não têm pais, se são órfãos, quem são os seus encarregados de educação, e começar a chamar atenção.

Muito obrigada.

Aplausos gerais.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Alda Ramos.

É só para alertar aos próximos intervenientes que devemos afastar um pouco mais do microfone, porque quando aproximamos muito, corta um bocadinho. A intervenção da Sra. Deputada Alda Ramos teve pequenos cortes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo de d'Oliveira, Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito bom dia e muito obrigado, Sra. Presidente.

É que ao vir aqui ao púlpito alguém me pediu para não me esquecer do dia 14 e não me esquecer da Ministra da Justiça. Então, Sra. Ministra, feliz dia 14 e tudo de bom para si. Sras. Deputadas também, feliz dia 14. Sra. Presidente também. Sras. Técnicas da Assembleia Nacional.

Uma voz: — Homens não?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Homens mais tarde. Hoje é Sexta-feira.

Risos gerais.

Uma voz: — O senhor é da igreja.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu sou da igreja, é verdade, mas estou no mundo, vivo no mundo. Não pego tudo do mundo, não sou deste mundo, mas estou no mundo.

Eu trago vários assuntos, um deputado colega da minha bancada pediu-me para não falar de escravidão, mas falar da paz. Então, a paz é um bem muito precioso e muito caro. Contudo, apesar de ser um bem muito precioso, não podemos adquiri-la com nenhum dinheiro mundo. Nem com todo o ouro do mundo conseguiremos.

É preciso nós cultivarmos a paz. E quando há uma voz uníssona a gritar, a clamar, quando a voz do povo confluí num pedido, é necessário ouvi-la.

A paz não é só ausência de guerra ou de armas, queria eu dizer. E São Tomé e Príncipe para desenvolver não basta só construir pontes, que são necessárias, mas tudo quanto nós construímos, construímos pensando em pessoas, nos homens e mulheres de hoje e nas crianças de amanhã. Por isso, temos um clima de paz é salutar, aliás é a base de qualquer desenvolvimento, porque eu não vi nenhum país em guerra a desenvolver-se. Num país em guerra pode circular muito dinheiro, mas não se desenvolve. Um país em paz se desenvolve. Daí, sim, temos toda a necessidade, e estamos num país maioritariamente cristão.

Hoje, mais uma vez e que Deus assim me permita e tenha misericórdia de mim, vou citar um texto bíblico, no livro de Mateus, capítulo 7, versículos 4 e 5. Eu desafio a todos nós são-tomense. Penso que a bíblia é um livro sagrado, mas aqueles que não acreditam no livro como livro sagrado podem também pegar como um livro histórico, pois há ensinamentos. Muitas vezes, em São Tomé e Príncipe, andamos preocupados com o cisco no olho do outro, quando temos a trave nos nossos olhos. Preocupamo-nos com o defeito do outro e nos esquecemos dos nossos defeitos. É necessário que cada um, cada são-tomense, no País e na diáspora, olhe para si; que cada Deputado olhe para si, os seus defeitos e depois para os defeitos do outro. Eu penso que assim poderemos ver as capacidades e as virtudes de cada, um para podermos dar um melhor contributo à Nação...

Pausa.

Uma voz: — Tempo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Eu sei que o tempo está a correr, mas o silêncio também comunica, tudo comunica. Este silêncio para lhes dizer que é do fundo da alma que eu digo essas palavras...

Interrupção por falha técnica.

Dito isto por outras palavras, cada um de nós deve fazer um exame de consciência. Como eu disse ontem e digo hoje, 50 anos de independência é o momento para pensarmos para frente, não ficarmos acomodados com os mesmos procedimentos errados, com os mesmos erros, com os mesmos pensamentos errados, e olharmos para São Tomé e Príncipe, porque precisamos de um país, o nosso país é abençoado, mas é preciso que acertemos os pontos. E, nesse acerto de pontos, não ficaria nada bom para esta Casa Parlamentar estarmos a celebrar 50 anos de independência sem a composição da Mesa da Assembleia Nacional. É a casa da democracia, passou o que passou, aconteceu o que aconteceu, o meu Partido ADI, através desta, teria dito que esperava a realização do Congresso do MLSTP/PSD para depois tomar uma decisão, eis que se realizou o Congresso do MLSTP/PSD, há uma nova direcção, esta direcção fez uma proposta em coerência com este alinhamento, então, nós os Deputados do ADI, em consequência disso, daremos azo, ou melhor, não azo, mas que a Mesa da Assembleia e outros órgãos de direito do MLSTP/PSD na Casa Parlamentar e órgãos externos, os nomes propostos pelo MLSTP/PSD, sejam...

Portanto, Sra. Presidente, é isto que me cabe dizer a todo povo de São Tomé e Príncipe.
Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wilter Boa Morte.

O Sr. **Wilter Boa Morte** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, bom dia.

Decidi tomar a palavra, para fazer perceber o seguinte: todos nós sabemos que os problemas deste país é ao nível de todos os sectores. Em todos os sectores deste país vamos encontrar diversos problemas. E dentre os problemas que existem, acho que é necessários priorizarmos prioridade das prioridades. Desta forma, venho apelar ao Governo, como estão ainda a preparar o OGE e as GOP, que desse uma atenção à estrada n.º 1 do País, estrada que liga a Cidade de São Tomé à zona Norte, mais concretamente de Guadalupe à Cidade de Neves, e se dermos continuidade, até Santa Catarina. Que olhássemos a situação desta estrada, tendo em conta que para as pessoas que vivem na zona Norte a circulação é de extrema dificuldade.

Ainda nessa senda, quero apelar ao Governo que a População do Distrito de Lembá, à semelhança de quase todas outras populações, vive o problema da falta de água. Há mais de 2 anos que temos o reservatório de água do Distrito de Lembá destruído pelas inundações que se fez sentir há alguns anos. De lá para cá, a população de Neves se compadece com a situação de água potável, onde quando temos cheia ou chuvas intensas a água que é consumida pela população do Distrito de Lembá é imprópria para o consumo humano.

Queria ainda alertar o Governo, para quem visita a zona Norte, concretamente o marco histórico de descobrimento do País, acredito que quando essas pessoas chegam ali o sentimento de ver esse marco é de tristeza. É o marco de descobrimento da Ilha, e é uma região que, na minha opinião e na das pessoas que visita lá, carece de atenção do Governo, para uma boa imagem do País.

Fico por aqui, pois tenho a certeza de que o momento não é próprio para trazer essas preocupações, mas venho desta forma alertar ao Governo, tendo em conta que estamos prestes a ter nos próximos dias o OGE e as GOP.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Não há mais inscritos.

Ainda neste período prévio, depois das questões políticas de interesse relevante, vamos passar à aprovação de votos. Temos três situações: um voto de congratulação, um voto de protesto e um de pesar.

Peço à Sra. Secretária que os apresente.

A **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, vou proceder à leitura do Projecto de Voto de Congratulação n.º 06/XII/5.º/2025 — Pela eleição da senhora Ndempelila Netumbo Nandi-Ndaitwah ao Cargo de Presidente da República da Namíbia.

Tendo os Deputados à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe tomado conhecimento da vitória da Senhora Ndempelila Netumbo Nandi-Ndaitwah ao Cargo de Presidente da República de Namíbia, decorrida da eleição do dia 27 de Novembro do ano 2024;

Atendendo que a Presidente eleita é uma activista política e social, com uma trajectória singular, e pela primeira vez na história daquele país uma mulher foi aclamada ao mais alto cargo da Nação;

A mesma exerceu também as funções de Vice-Primeira-Ministra, Ministra de Relações Internacionais e Cooperação no Governo do Presidente Hage G. Geingob, de 2015 a 2021, liderou a SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano, em português);

Exerceu igualmente funções no Ministério de Bem-estar da Mulher, bem como nos Ministérios da Criança, Meio Ambiente, Turismo e de Relações Exteriores;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Congratular-se pela eleição da Sra. Netumbo Nandi-Ndaitwah ao cargo de Presidente da República de Namíbia;
2. Felicitar o povo da Namíbia por esta nova representatividade e encorajar as mulheres resilientes da África a uma progressiva contribuição nos diversos domínios, porque se traduz a vida colectiva daquele povo.

Assembleia Nacional, São Tomé, 06 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. Presidente: — Solicito alguma proposta quanto a este voto de congratulação.

Não havendo, vamos passar à votação. Estamos presentes 36 Deputados, temos quórum e submeto à votação o Projecto de Voto de Congratulação n.º 06/XII/5.º/2025.

Esta é uma votação do voto todo, passo ao pleonasmo, porque não temos especialidade e final global, mas vamos votar o Projecto de Congratulação.

Submetido à votação, foi aprovado com 36 votos a favor.

Peço à Sra. Secretária que apresente outro projecto, no caso, voto de protesto.

A Secretária (Bilaine Ceita): — «Projecto de Voto de Protesto n.º 1/XII/5.º/2025 – Pela Agressão Física ao Sr. Deputado Adelino Cruz José da Costa, ocorrido no dia 29 de Novembro de 2024.

Tomando conhecimento da agressão física ao Sr. Deputado Adelino Cruz José da Costa, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, por parte de um agente da Unidade de Protecção dos Dirigentes do Estado (UPDE) e de mais três elementos, membros das Forças Militares, ocorrido no dia 29 de Novembro de 2024;

Considerando que São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito Democrático, onde qualquer acto de agressão viola os direitos humanos e atenta contra a dignidade de qualquer cidadão, deve-se condenar e responsabilizar os autores, ainda mais, quando os agressores pertencem a uma força de segurança do Estado;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 95.º da Constituição da República, nenhum Deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício das suas funções, nem pode ser perseguido ou preso por crimes praticados fora do exercício das suas funções, salvo em caso de flagrante delito e por crime punível com prisão maior ou por consentimento da Assembleia Nacional ou da sua Comissão Permanente;

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Exprimir o seu veemente repúdio contra o acto de agressão física ao Sr. Deputado Adelino Cruz José da Costa, envolvendo um agente da UPDE e mais três elementos, membros das forças militares, ocorrido no dia 29 de Novembro de 2024.

2. Manifestar a sua solidariedade ao Deputado em causa pelo sucedido.

3. Instar as autoridades competentes a tomarem as devidas providências para investigar e punir os responsáveis por este acto de agressão física, de acordo com a legislação vigente.

4. Repudiar toda forma de violência, seja ela física, verbal, psicológica ou de qualquer outra natureza. A agressão é uma violação dos direitos humanos e atenta contra a dignidade e o respeito que todos os cidadãos merecem.

5. Reiterar o total compromisso na promoção da paz, do respeito mútuo e da convivência harmoniosa.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. Presidente: — Para além do expediente feito pela Mesa da Assembleia Nacional junto ao Ministério Público, tínhamos este assunto agendado já há algum tempo, infelizmente não tivemos matérias outras para agendarmos uma reunião plenária, razão pela qual trazemos agora este voto de protesto para nós todos juntos assumirmos e protestarmos o que aconteceu ao Sr. Deputado Adelino Costa. Nas vestes de deputados, não devemos ser incomodados lá onde quer que estejamos. Isto aconteceu com o Sr. Deputado Adelino, poderia ou pode acontecer a qualquer um de nós. Que fique firme e bem presente a nossa posição.

Assim, submete este voto de pretexto ao Plenário, para ser votado e adoptado.

Submetido à votação, foi aprovado com 45 votos a favor.

Paço à Sra. Secretária que apresente o último voto, que é o voto de pesar pelo passamento físico do Bispo emérito Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas.

A Secretária (Bilaine Ceita): — «Projecto de Voto de Pesar n.º 20/XII/5.º/2025 – Pelo Passamento Físico do Bispo emérito, Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas.

Foi com profunda consternação que os Deputados à Assembleia Nacional tomaram conhecimento do passamento físico do Bispo emérito da Diocese de São Tomé e Príncipe, Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas, ocorrido no dia 2 de Fevereiro do corrente ano, em Portugal.

Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas nasceu em 2 de Janeiro de 1931, na Freguesia de Várzea de Soajo, Concelho de Arcos de Valdevez, Diocese de Braga;

Começando a sua trajectória em Portugal, entra para o Seminário de Godim, em Outubro de 1944. No dia 8 de Março de 1953, em Viana do Castelo, faz a sua profissão religiosa e, no Seminário da Torre d'Aguilha, terminou os estudos eclesiásticos, onde foi ordenado sacerdote, em 21 de Setembro de 1957.

Em Angola, de 1959-1984, dentre os vários lugares e as diversas funções que exerceu, destaca-se entre 1959 e 1961, Missão de N'Dalatando, de 1961 a 1964, Superior da Missão Católica do Libolo, em Calulu; de 1964 a 1967, Pároco na Igreja de S. Joaquim – Praia do Bispo, em Luanda; de 1967 a 1973, Reitor do Seminário de Luanda; de 1973 a 1977, Superior Principal dos Missionários Espíritanos.

Em Janeiro de 1978, assumiu o cargo de Secretário da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST).

Em 1980, nomeado Reitor e Professor no Seminário de Cristo Rei, no Huambo, onde inicia novo ano escolar, em equipa com os Párocos Manuel Gonçalves e José de Castro. Em 1983 foi nomeado Secretário das Cáritas.

Em Dezembro de 1984, foi nomeado pelo Papa João Paulo II Bispo residente de São Tomé e Príncipe e ordenado em 24 de Fevereiro de 1985, na Cidade de São Tomé, tornando-se assim a data marcante na história de São Tomé e Príncipe como data grandiosa, por ter sido a primeira vez que aqui se ordenou um Bispo.

Considerando a sua acção social e pastoral, o malogrado foi agraciado com a Medalha de Honra da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e também, por várias vezes, foi agraciado noutros lugares e por outras entidades, tanto de São Tomé e Príncipe como de Portugal.

A Sua trajetória, que começou em Portugal e se estendeu por terras africanas, mais concretamente em São Tomé e Príncipe, será sempre lembrada com carinho e gratidão. Como Bispo, Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas foi um verdadeiro servidor de Cristo, guiando e apoiando o povo de Deus com dedicação e fé inabaláveis.

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória do Bispo emérito da Diocese de São Tomé e Príncipe, Dom Abílio Rodas de Sousa Ribas, pelo serviço prestado à Nação Cristã.

2. Exprimir, através deste Voto de Pesar, a sua maior consternação aos familiares, amigos e à Diocese de São Tomé e Príncipe, pelo trabalho realizado, expressando as sinceras condolências e profundo respeito.

Assembleia Nacional, São Tomé, 11 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Vou submeter o voto de pesar à apreciação.
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves (BASTA)**: — Com a mercê e consideração que tive pelo malogrado, Bispo Dom Abílio Ribas, a quem tive a oportunidade e a feliz ocasião de estar perto, receber dele alguns ensinamentos bíblicos e não só, tanto mais que aqueles que tiveram a descomplexidade de ler o meu livro, faço referência ao Venerando Bispo Dom Abílio Ribas.

Daí que este Voto de Pesar é bem acolhido na Casa Parlamentar, tendo em conta os seus feitos enquanto Bispo da Diocese em São Tomé e Príncipe, mas a minha intervenção é extensiva e um pouco preocupante e triste. De lembrarmos sim, com tudo que disse atrás de Dom Abílio Ribas, que a sua alma descance em paz, e não fazer qualquer referência à Sra. Antónia de Guadalupe, quadro sénior desta Casa Parlamentar, que faleceu há bem pouco tempo, isso é muito triste. Que eu saiba, não houve nenhuma sessão parlamentar que tivéssemos aprovado algum voto de pesar em memória desta Senhora. Julgo que seria um erro darmos passos mais à frente, sem apenas fazer referência também à malograda Antónia de Guadalupe.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado, pela sua intervenção e pela constatação.

É verdade que quando agendamos esta plenária, nós, a Mesa, a Presidente, a Secretária Permanente, os Líderes Parlamentares, o Director dos Serviços de Apoio ao Plenário e Documentações, não nos ocorreu realmente ver esta questão. Faleceu muito recentemente, é uma pessoa muito querida a nós, e a mim particularmente. Portanto, devemos aceitar. Temos todos que aceitar esta falha, mas vermos que a falha é nossa e reconsiderarmos. Porque ainda não temos o projecto preparado, que no final desta sessão aprovássemos também um voto de pesar em memória da nossa mãe, a dona Antónia. Faleceu muito recentemente e é uma pessoa muito querida a nós, a mim particularmente, e assim devemos aceitar. Temos todos que aceitar essa falha, mas vermos que a falha é nossa e reconsiderarmos.

Gostaria propor, porque ainda não temos o projecto preparado, que no final desta sessão aprovássemos também um voto de pesar em memória da nossa mãe, a Dona Antónia.

Muito obrigada, mais uma vez, Sr. Deputado Delfim Neves.

Há mais alguma situação à volta do voto de pesar?

Não havendo, submeto-o à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 49 votos a favor.

Passemos ao período da ordem do dia, com 9 pontos. Podiam perguntar, por quê tudo isso hoje? Por quê tudo isso agora? Para tudo há uma justificação, sobretudo hoje. Nós obtivemos matérias para muitos destes pontos agendados há coisa de 2, 3 dias e, tendo em conta que a ideia inicial e o nosso Regimento assim garante irmos de férias a partir do dia 15 e hoje ser dia 14. Não tendo qualquer outra matéria, a Mesa agendou, tendo em conta que são muitos pontos, a composição da Mesa é um desses, e o preenchimento dos lugares que devem estar preenchidos por um representante também da Assembleia, mas do Grupo Parlamentar do MLSTP. Eis a razão de nós tentarmos já agora eleger todos estes candidatos propostos pelo grupo parlamentar do MLSTP. Vamos tentar ser um pouco mais céleres, para terminarmos. Hoje é dia 14, é verdade, mas o dia ainda é longo, porque só termina à meia-noite. Vamos ao trabalho!

Antes de entrarmos para o período da ordem do dia, o Sr. Deputado Danilo Santos está a pedir para fazer uma intervenção, uma proposta.

O Sr. **Danilo Santos (MLSTP/PSD)**: — Obrigado, Sra. Presidente.

Quero propor à Augusta Assembleia que façamos a apresentação do texto dos três primeiros pontos de uma só vez e votarmos de uma só vez estes três pontos, são todos assentimentos, para agilizarmos o processo. Regimentalmente, a gente pode resolver isso.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Na perspectiva de ganharmos tempo, o Sr. Deputado Danilo deu-nos uma solução. Essa solução é subscrita por todos? Podemos proceder assim?

Vozes: — Sim.

A Sra. **Presidente**: — Está bem. Estou tendo a anuência de todos. Então, tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para apresentar a Resolução dos três pedidos de assentimento. Mas antes, terá que apresentar as respectivas cartas.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Muito obrigada, Sra. Presidente.

A primeira missiva que veio da Presidência da República diz o seguinte:

«Senhora Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Assentimento para ausentar do Território Nacional.

Devido deslocar-me a Angola, Mónaco e Portugal, para tomar parte nas festividades comemorativas do 9.º Aniversário da Fundação Piedoso, no Fórum da Paz e do Desporto e numa visita de trabalho, respectivamente, venho, em observância do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, entre os dias 28 de Novembro e 14 de Dezembro do ano em curso, ano 2024.

Aproveito para lhe renovar, Excelência, os protestos da minha alta consideração.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 11 de Novembro de 2024.

O Presidente da República, *Carlos Manuel Vila Nova*.»

A segunda missiva tem o seguinte teor.

«Excelentíssima Senhora Presidente da República da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Pedido de assentimento para ausentar do Território Nacional.

Devendo deslocar-me a Guiné Equatorial, para participar na Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Central – CEEAC (sobre a situação humanitária na África Central), inicialmente convocada para 6 de Dezembro de 2024 pela XXV Sessão Ordinária da CEEAC e posteriormente adiada para 7 de Fevereiro de 2025, a realizar-se em Malabo – República da Guiné Equatorial, venho, em observância do disposto no n.º 1 do artigo 85.º da Constituição da República, solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, entre os dias 6 e 9 de Fevereiro de 2025.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 22 de Janeiro de 2025.

O Presidente da República, *Carlos Vila Nova.*»

E a terceira missiva diz o seguinte.

«Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Pedido de assentimento para ausentar do Território Nacional.

Devendo deslocar-me a Addis Abeba – Etiópia, para participar na 38.^a Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que deverá realizar-se naquele país nos dias 15 e 16 de Fevereiro do ano corrente, venho, em observância do n.^º 1 do artigo 85.^º da Constituição da República, solicitar o assentimento da Assembleia Nacional para me ausentar do Território Nacional, de 14 a 18 de Fevereiro de 2025.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio do Povo, em São Tomé, aos 30 de Janeiro de 2025.

O Presidente da República, *Carlos Manuel Vila Nova.*»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Para quem nos ouve e não conhece a situação pode estar a perguntar, como é que vamos dar assentimento hoje, se Sua Excelência o Sr. Presidente da República viajou, fez a missão e regressou, voltou para outra missão? Então, devemos sempre contextualizar as situações, para que não haja dúvidas ou especulações. Não tendo a Mesa matéria suficiente para realizar uma reunião plenária e porque a reunião plenária, para se realizar, tem custos adicionais, a Mesa da Assembleia, junto aos Líderes Parlamentares, foi viabilizando os pedidos de assentimento e estamos a submetê-los agora para a sua formalização. É esta a contextualização.

Vamos pedir à 1.^a Comissão para apresentar os três pareceres. Não sei se o relator é a mesma pessoa. Não sendo, vem um lê, vem outro e assim sucessivamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, para apresentar o parecer da 1.^a Comissão, relativamente ao primeiro pedido.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

«Parecer sobre o Projecto de Resolução n.^º 74/XII/5.^º/2024 – Assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, entre os dias 28 de Novembro e 14 de Dezembro, com destino à República de Angola, ao Principado do Mónaco e à República Portuguesa.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 18 de Novembro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, com destino à República de Angola, ao Principado do Mónaco e à República Portuguesa, a fim de tomar parte nas festividades comemorativas do 9.^º Aniversário da Fundação Piedoso, no Fórum da Paz e do Desporto e numa visita de trabalho.

Para o efeito, a 1.^a Comissão Especializada Permanente da Assembleia reuniu-se no dia 20 de Novembro do ano transacto para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.^º 1 do artigo 85.^º da Constituição, conjugado com o n.^º 1 do artigo 244.^º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.^a Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 20 de Novembro do ano 2024.

O Presidente, *Elísio Teixeira.*

O Relator, *Danilo dos Santos.*»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edmilson das Neves.

O Sr. Edmilson Neves (ADI): — «Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética.

Parecer sobre o Projecto de Resolução n.^º 75/XII/5.^º/2025 – Assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 06 e 09 de Fevereiro, com destino à República da Guiné Equatorial.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 22 de Janeiro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para se ausentar do Território Nacional, com destino à República da Guiné Equatorial, a fim de participar na Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estados da África Central (CEAAC).

Para o efeito, a 1.^a Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 10 de Fevereiro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.^º 1 do artigo 85.^º da Constituição, conjugado com o n.^º 1 do artigo 244.^º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.^a Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 10 de Fevereiro do ano 2025.

O Presidente, *Elísio Teixeira.*

O Relator, *Edmilson das Neves.*»

Vou proceder à leitura do outro parecer.

«Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética.

Parecer sobre o Projecto de Resolução n.^º 76/XII/5.^º/2025 – Assentimento para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 14 e 18 de Fevereiro, com destino a Addis Abeba – Etiópia.

Foi submetido à Assembleia Nacional, no dia 31 de Janeiro do corrente ano, um pedido de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, com destino a Addis Abeba – Etiópia, a fim de participar na 38.^a Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e Governo da União Africana, que se realizará nos dias 14 e 18 de Fevereiro corrente.

Para o efeito, a 1.^a Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 10 de Fevereiro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado pedido e indigitar o relator.

Após uma análise da missiva de Sua Excelência o Presidente da República, a Comissão concluiu que a solicitação cumpre os requisitos legais previstos no n.^º 1 do artigo 85.^º da Constituição, conjugado com o n.^º 1 do artigo 244.^º do Regimento da Assembleia Nacional.

Neste sentido, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional a submeter o referido assentimento ao Plenário, para os devidos efeitos.

Eis o parecer da 1.^a Comissão sobre o assunto em epígrafe.

São Tomé, 10 de Fevereiro do ano 2025.

O Presidente, *Elísio Teixeira*.
 O Relator, *Edmilson das Neves*.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Já temos os três pareceres da 1.ª Comissão, todos eles favoráveis, e assim vamos submeter à análise e votação o Projecto de Resolução, mas por partes. Submetemos um, aprovamos e assim sucessivamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Sra. Presidente, a minha questão tem a ver com o vício de a tradição transformar-se em lei. O que está estabelecido na Constituição e no Regimento é que a Assembleia dá assentimento ao Presidente da República para se ausentar do Território Nacional, e esse assentimento é dado pelo Plenário ou pela Comissão Permanente, no período fora do funcionamento regular da Assembleia Nacional. E nós, de alguns anos a esta parte, agilizado esta questão através da Conferência de Líderes. Temos tido sorte que o mosaico parlamentar nos tem permitido essa facilidade, mas devemos prever alternâncias normais da democracia. Um dia pode não haver este mosaico parlamentar e alguém suscitar o direito adquirido, passo à expressão, ou seja, cumprir a tradição. Já vínhamo a fazer e se fez mil vezes, cinquenta mil vezes e porque não agora? E depois começar a personalizar, porque é fulano que estão a complicar, porque é Pedro. Seria bom, na minha modéstia opinião, fazer uma pequena alteração ao artigo 107.º do Regimento, para permitir, neste caso específico, mesmo que a Assembleia esteja a funcionar, que a Comissão Permanente possa autorizar, porque comprehendo a dificuldade de a Assembleia reunir-se em Plenário só para dar autorização ao Presidente da República, para se deslocar do País. É difícil, sabe-se que isto tem um custo enorme, mas também não podemos estar a cylindrar a lei, o Regimento que nós próprios aprovamos, para facilitar.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Eu subscrovo na íntegra tudo quando disse e lanço um desafio aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas de fazerem esta pequena alteração no artigo 107.º do Regimento, para assegurarmos realmente que no futuro não haja situações desagradáveis. É verdade que quem dá assentimento é o Plenário, mas tradicionalmente temos estado a agilizar, como disse bem o Sr. Deputado Delfim Neves. Portanto, eu lanço este desafio. É só um artigo do nosso Regimento, então aguardo.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Pode-se fazer no 244.º do Regimento da Assembleia Nacional.

A Sra. **Presidente**: — Eu também não verifiquei. Não tive tempo para verificar o artigo citado pelo Sr. Deputado Delfim Neves, mas logo se verá o artigo. Não é 107.º. Mas nós todos temos e vamos ver.

O Sr. **Delfim Neves** (BASTA): — Remete-se à Constituição, não há hipótese.

A Sra. **Presidente**: — Pode ser da Constituição. Vamos ver. Certamente que envolvendo Sua Excelência o Presidente da República deve ser da Constituição. É Constituição. O 244.º do Regimento, Iniciativa, diz: «1. O Presidente da República solicita o assentimento a Assembleia Nacional para se ausentar do Território Nacional, por meio de mensagem a ela dirigida, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição.» Remete à Constituição. Então, em que ficamos? Não podendo alterar por ser Constituição, vamos continuar com a prática tradicional até conseguirmos mexer na Constituição.

Muito bem. Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar o Projecto de Resolução do primeiro assentimento.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Resolução n.º 74/XII/5.º/2024 – Dá assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 28 de Novembro e 14 de Dezembro, com destino à República de Angola, ao Principado de Mónaco e à República Portuguesa.

Preâmbulo.

Tendo a Assembleia Nacional recebido o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 11 de Novembro do ano 2024;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 28 de Novembro e 14 de Dezembro do ano 2024, com destino à República de Angola, ao Principado de Mónaco e à República Portuguesa, para participar nas festividades comemorativas do 9.º aniversário da Fundação Piedoso, no Fórum da Paz e do Desenvolvimento e numa visita de trabalho, respectivamente.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos desde 28 de Novembro do ano 2024.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Alguma alteração?

Não havendo, passemos à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 47 votos a favor.

Votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar o outro Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Resolução n.º 75/XII/5.º/2025 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 06 e 09 de Fevereiro, com destino à República da Guiné Equatorial.

Preâmbulo.

Tendo a Assembleia Nacional recebido o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 22 de Janeiro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 06 e 09 de Fevereiro do corrente ano, com destino à Malabo – República da Guiné Equatorial, a fim de participar na Sessão Extraordinária da Conferência dos Chefes de Estados da África Central (CEAAC).

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor e produz efeitos a partir do dia 06 de Fevereiro de 2025.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Vamos passar à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra a Sra. Secretária, para apresentar o outro Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Resolução n.º 76/XII/5.º/2025 – Assentimento para o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 14 e 18 de Fevereiro, com destino à Addis Abeba-Etiópia.

Preâmbulo.

Tendo a Assembleia Nacional recebido o pedido de assentimento formulado por Sua Excelência o Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, através da sua missiva datada de 31 de Janeiro do corrente ano;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento, nos termos do n.º 1 do artigo 85.º da Constituição, para Sua Excelência o Presidente da República se ausentar do Território Nacional, entre os dias 14 e 18 de Fevereiro do corrente ano, com destino à Addis-Abeba – Etiópia, a fim de participar na 38.ª Cimeira Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que se realizará nos dias 15 e 16 de Fevereiro corrente.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Não havendo qualquer consideração, estou a submeter o Projecto de Resolução à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 51 votos a favor.

Passemos à análise e votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Importa salientar que Sua Excelência o Sr. Presidente da República vai sair esta tarde e solicitamos ao Sr. Vice-Presidente que nos representasse, para irmos ao aeroporto despedir do Sr. Presidente da República.

Vamos passar para o 4.º ponto, que é discussão e votação na generalidade do Projecto de Lei n.º 8/XII/5.º/2025, segunda alteração à Lei n.º 11/2019, Lei Orgânica e de Processos do Tribunal de Contas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, atendendo que ontem o Governo mostrou disponibilidade e desejo em proceder a outras actualizações nesta Lei, acho que seria de todo salutar que os subscritores retirassem este Projecto de Lei para se coordenar com o Governo as outras actualizações e emendas que quer fazer, fazermos de uma só vez toda essa toalete.

Esta é a minha proposta aos subscritores.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o primeiro subscritor, para se pronunciar sobre a sugestão do Sr. Deputado Danilo Santos e, se for caso contrário, apresentar a Lei.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elísio Teixeira.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Subscrevo a proposta do Sr. Deputado Danilo Santos e retiramos o Projecto para ser apresentado posteriormente.

A Sra. **Presidente**: — Proposta retirada.

Vamos passar para o ponto 5, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 78/XII/5.º/2025, eleição de um vice-presidente e um secretário para a Mesa da Assembleia Nacional.

Gostaria de sugerir, não sei se todos os Deputados e Deputadas estariam de acordo, que se fizesse a apresentação de todas as candidaturas, para também agilizarmos, e depois votarmos.

É pacífico?

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Para o cargo de vice-presidente da Assembleia Nacional pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, apresentamos o Sr. Deputado, decano da Assembleia Nacional, Arlindo Barbosa Semedo, de 53 anos, Licenciado em Direito, Administração e Direcção de Empresas, Deputado, como disse, decano da Assembleia Nacional há várias legislaturas.

Ao nível do MLSTP/PSD, exerceu diversos cargos e actualmente é Secretário-Geral.

Na Assembleia Nacional também exerceu diversas funções: Líder da Bancada, Presidente de diversas comissões, Secretário de Mesa, é Deputado da AP-CPLP há algum tempo. Portanto, é um deputado que conhece bem os corredores da Assembleia Nacional e que poderá naturalmente exercer as suas funções de vice-presidente com brilho.

Para o cargo de secretário da Mesa, foi indicado o Sr. Deputado Osvaldo Eduardo João.

Tem 42 anos, Licenciado em Matemática, exerceu diversas funções académica, é o nosso nome apresentado para estas funções.

Para o cargo de membro do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, neste caso suplente, indicamos o Sr. Deputado Elálcio Afonso da Marta.

Murmúrios.

Tem 38 anos, Licenciado em Biologia, também lecionou várias vezes, está na sua segunda legislatura na Assembleia Nacional.

Para o cargo de Conselho de Estado apresentamos o Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus, dispensa apresentações. Se calhar é só dizer, como muitos não sabem, tem uma pós-graduação e especialização em Pedagogia de Português Língua Estrangeira.

Para o cargo de membro do Conselho Superior de Imprensa, apresentamos o cidadão sâo-tomense Wualdyner Danquá Boa Morte,...

Murmúrios.

... não é deputado, é um cidadão.

Uma voz: — Cidadão, não.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Eu não respondo, mas é preciso clarificar que estas candidaturas são do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Uma voz: — Avança, avança.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Possuidor de várias formações na área de jornalismo, de produção de textos jornalísticos, e tem frequência de Licenciatura em Ciências Políticas.

Eis, Srs. Deputados, as candidaturas que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD subscreveu para os diversos cargos constantes no ponto da ordem do dia.

A Sra. **Presidente**: — Apresentadas que estão as candidaturas, vamos agora, sim, proceder à distribuição dos boletins.

Sr. Deputado Danilo Santos, com relação ainda às candidaturas?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sim, sim.

Obrigado, Sra. Deputada Beatriz, por me alertar.

Apresentada as candidaturas, pedimos aos Srs. Deputados das diversas bancadas, neste caso ADI, MCI/PS-PUN e os Srs. Deputados do BASTA, que conjuntamente com os Deputados da Bancada do MLSTP/PSD viabilizemos estas candidaturas.

A Sra. **Presidente**: — Gostaria de convidar os Secretários da Mesa para apoiarem na contagem dos votos

Pausa para a distribuição dos boletins e contagem dos votos.

A Sra. **Presidente**: — Estamos de volta.

Após a contagem dos votos, obtivemos os seguintes resultados: para o cargo do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, o Sr. Deputado Arlindo Barbosa Semedo obteve 48 votos a favor, 2 votos contra e 2 abstenções. Está eleito o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Nacional. O outro vice.

Aplausos gerais.

A Sra. **Presidente**: — Para o lugar do Secretário, o Sr. Deputado Osvaldo Eduardo João, obteve o seguinte resultado: 50 votos a favor, zero contra, zero abstenção e 2 votos brancos.

Também está eleito o outro Secretário porque o Secretário que tínhamos era vice, agora sim acabamos de eleger o Secretário da Mesa proposto pelo partido ou Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Aplausos gerais.

A Sra. Presidente: — Decorreram as eleições, nós votamos através do sufrágio universal voto secreto, obtivemos os resultados já divulgados, mas nós precisamos de votar o Projecto de Resolução com nome dos Srs. Deputados.

Para isso, eu peço a Sra. Secretária da Mesa que o apresente.

A Sra. Secretária: — Projecto de Resolução n.º 78/XII/5.ª/2025 – Eleição de dois Membros da Mesa da Assembleia Nacional Vice-Presidente e Secretário.

Preâmbulo

Tornando-se necessário proceder à eleição de dois membros para completar a composição da Mesa da Assembleia Nacional para a XII Legislatura, nos termos do artigo 34.º e 35.º do Regimento da Assembleia Nacional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Eleição.

São os Srs. Deputados, Arlindo Barbosa Semedo e Osvaldo Eduardo João, eleitos como Vice-Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Nacional, respetivamente.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária da Mesa.

Vamos submeter o Projecto de Resolução para a votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 52 votos a favor.

Vamos submeter à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Eleição

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Final Global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Foi aprovado o Projecto de Resolução n.º 78/XII/5.ª/2025 – Eleição de dois Membros da Mesa da Assembleia Nacional, Vice-Presidente e Secretário, Srs. Deputados Arlindo Barbosa Semedo e Osvaldo Eduardo João, eleitos com 52 votos a favor.

Gostaríamos de solicitar ao Sr. Secretário da Mesa se vai assumir o seu lugar a partir de hoje ou para as próximas reuniões.

Murmúrios.

A Sra. Presidente: — O Sr. Deputado está a fazer sinal de que para as próximas reuniões plenárias, sim. Para agora, não. Nós ainda temos para hoje os pontos seis, sete, oito e nove.

Tendo em conta o tempo, vamos já propor o intervalo e retomaremos a partir das 14 horas.

Então, está suspensa a sessão, para o intervalo.

Eram 14 horas e 54 minutos.

Já temos quórum, somos 41 Deputados na Sala, declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 14 minutos.

Nós tínhamos terminado a discussão do cinco, que era votação para a eleição dos membros da Mesa em falta. Vamos agora ao ponto seis, discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 79/XII/5.ª/2025 – Substituição do Membro para o Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Estão criadas as condições, vamos distribuir os boletins.

É de informar que neste momento estamos 43 Deputados.

Pausa para a distribuição dos boletins e contagem dos votos.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Arlindo Barbosa.

Aplausos.

O Sr. Presidente (Arlindo Barbosa): — Permite-me saudar as Sras. e os Srs. Deputados, e agradecer pela votação para a minha eleição. Não sei se entrei com o pé direito, para ainda hoje assumir as funções de presidente interino.

Estamos perante a eleição do membro suplente para o Conselho de Administração.

Submetido à votação, foi aprovado com 34 votos a favor, 6 votos contra, 1 abstenção, 1 voto nulo e 1 voto em branco.

Aplausos do MLSTP/PSD e do BASTA.

Dando sequência dos trabalhos, passemos ao ponto seguinte e peço à Sra. Secretária para apresentar o Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Resolução n.º 79/XII/5.ª/2025 – Substituição do Membro Suplente no Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

Preâmbulo.

Tendo em conta a carta do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, solicitando a substituição do membro suplente no Conselho de Administração da Assembleia Nacional, o Sr. Maiquel Jackson Espírito Santo, eleito no dia 8 de Novembro de 2022, conforme a Acta de Apuramento da Eleição dos Membros do Conselho de Administração da Assembleia Nacional;

Tornando-se necessário proceder à eleição do novo representante do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD no referido Conselho de Administração, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 4/2007, de 9 de Março, Lei Orgânica da Assembleia Nacional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, Eleição.

É eleito o Sr. Eláckio Afonso da Marta como Membro Suplente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional, em substituição do Sr. Maiquel Jackson Espírito Santo, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Artigo 2.º, Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Feita a apresentação do Projecto de Resolução, gostaria de ter intervenções dos Srs. Deputados na generalidade sobre o mesmo.

Não havendo qualquer intervenção neste sentido, vou submeter o referido Projecto de Resolução à votação na generalidade, desde logo, pedindo a manifestação dos Srs. Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado com 47 votos a favor e 3 votos contra.

Passemos à votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 47 votos a favor e 3 votos contra.

Artigo 1.º, Eleição.

Submetido à votação, foi aprovado com 47 votos a favor e 3 votos contra.

Artigo 2.º, Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 47 votos a favor e 3 votos contra.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 47 votos a favor e 3 votos contra.

Passemos ao ponto seguinte, que é discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 80/XII/5.ª/2025 – Eleição do Representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado.

Inicialmente no período da manhã o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD já havia apresentado uma proposta que recaiu no cidadão e naturalmente Deputado Jorge Lopes Bom Jesus, pelo que peço aos serviços para procederem à distribuição dos boletins de voto.

Penso que os boletins devem refletir o número de Deputados na Sala. Podemos votar.

Acho que todos os Srs. Deputados já votaram, gostaria de convidar os serviços para a contagem, e os secretários devem escrutinar as votações.

Submetido à votação, foi aprovado com 36 votos a favor, 10 votos contra e 1 voto em branco.

De acordo com esses resultados, fica então eleito o representante da Assembleia no Conselho de Estado, por parte do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus, nos termos da alínea b) n.º 2 do artigo 88.º da Constituição.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Jorge Bom Jesus** (MLSTP/PSD): — Gostaria de agradecer as Sras. e os Srs. Deputados,...

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Sr. Deputado, tem que fazer a inscrição, para depois usar da palavra.

Aplausos.

Cumprindo as regras, vamos passar agora à apresentação da Resolução.

Tem palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — «Projecto de Resolução n.º 80/XII/5.ª/2025 – Eleição do Representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado.

Preâmbulo.

Tomando-se necessário proceder à eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado, nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 88.º da Constituição;

Sendo imperioso que assim se faça, em virtude da importância de que se reveste o referido órgão consultivo;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.ª da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º, Eleição.

É eleito o Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus como representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado.

Artigo 2.º, Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

O Sr. **Presidente** (Arlindo Barbosa): — Srs. Deputados, intervenções em relação ao Projecto de Resolução, alterações. Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sr. Presidente, parabéns pela sua eleição.

Tomo a palavra neste momento para dizer que nós os Deputados desta Casa Parlamentar, isso serve para todas as bancadas, independentemente das nossas cores políticas, temos que saber fazer as coisas. Estou nesta Casa Parlamentar como Deputada efectiva desde 2014 e vi antes o cenário no momento da votação para qualquer cargo aqui nesta Casa, da forma como vinha, e sempre questionava. Ainda hoje no período da manhã estive a questionar. Porque aqui cada um de nós precisamos do outro, pode não ser para eleição de qualquer cargo nesta Casa, mas pode ser por alguma questão que nos incomoda, e temos que ser solidários uns com os outros, colocar-nos no lugar do outro. É este apelo que faço, devemos colocar-nos no lugar do outro, independentemente das nossas cores políticas. Não podemos estar sempre em «matou com ferro, com o ferro será morto, com machado, com espingarda».

Por isso, fiz questão de fazer uso da palavra neste momento, para mostrar a nossa maturidade, e nisso tudo só sai a ganhar a Casa Parlamentar, os bons feitos dos Deputados nesta Casa.

Entretanto, reassumiu a presidência a Sra. Presidente, Celmira Sacramento.

A Sra. **Presidente**: — Retomo, agradecendo ao Sr. Vice-Presidente. Houve uma questão que eu tinha que resolver pessoalmente e os trabalhos prosseguiram graças ao Vice-Presidente, o Deputado Arlindo Barbosa. E é de informar também que o Vice-Presidente Abnildo d' Oliveira, não está, porque nos foi representar na saída de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, no aeroporto. Quando eu entrava, estava a falar a Sra. Deputada Beatriz Azevedo, com relação à votação que houve.

A Sra. Secretária da Mesa já apresentou o Projecto, então vamos votar na generalidade o Projecto de Resolução que elege um representante da Assembleia Nacional no Conselho de Estado.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 48 votos.

Votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

É de realçar que o candidato é o Sr. Deputado Jorge Lopes Bom Jesus.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares.

Hoje é a primeira vez que tomo a palavra para uma declaração de votos, mas antes gostaria de aproveitar para desejar a todos os namorados um bom dia 14 de Fevereiro, e também aproveitar a ocasião para desejar à Sra. Ministra, é a primeira vez que faço isso publicamente, augurando maior êxito e sucessos nas suas novas funções.

Sra. Presidente, não é uma opinião, é apenas uma sugestão para a Mesa, os Líderes das Bancadas Parlamentares, juntamente com os serviços e staff da Assembleia, para ver esta questão da votação. Por quê? Não é a primeira vez, sou Deputado desde 2010 e sempre se veio fazendo assim, mas hoje andei a pensar, andei a reflectir e queria trazer esta questão, porque quando o Regimento fala de voto secreto, há um porquê, tanto é assim que os votos secretos são para a eleição de pessoas. Mas depois vem a questão de resolução. O voto que se obtém no acto da votação não corresponde ao voto da resolução, e faz sentido. Logo, eu não tenho a solução, não estudei Direito Comparado, para ver como é noutras paragens, mas não faz sentido um deputado ser eleito com X número de votos e a resolução que aprova essa votação ter outro número de votos. E eu entendo por que é que os deputados, na resolução, votam ao contrário. Por isso mesmo é que existe voto secreto, para ninguém ficar a saber qual é o sentido de voto do deputado. Mas quando vem a votação da resolução é um problema, porque se eu voto num sentido não vou mostrar ao público o meu sentido de voto, mas na resolução todo mundo fica a saber que eu é que votei neste ou naquele sentido.

Acho que talvez se devia reflectir o resultado da votação na resolução, sem ter que haver uma votação da resolução. Não sei se essa é a solução e por isso eu só levanto a questão para se estudar e pensar sobre.

Eu levanto uma outra pergunta. O que é que vai ficar para os arquivos? É o voto da resolução que vem demonstrar que a pessoa foi eleita com 50 votos ou os quarenta e tal e trinta e tal votos na votação? O que é que vai ficar? Eu fui eleito com o quê? As pessoas podem pensar que não, basta 28 eu estou eleito, mas não. O número de votos que a pessoa teve tem significado e tem expressão. Uma coisa é ser eleito com 28 votos e outra coisa é ser eleito com 55 votos dos deputados efectivos presentes. Por isso levanto esta questão para, quer a Mesa, quer os Líderes como os serviços poderem ver e ver a questão de Direito Comparado, para talvez melhorar, se é que há coisa para melhorar e se é para manter, para se manter. Mas eu acho que isso não faz sentido.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

A Mesa tomou boa nota e no momento oportuno vamos colocar essa situação, para ver se conseguimos alguma solução, mas pelo menos para reflectirmos à volta da questão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Muito obrigado. Sra. Presidente.

É para de facto dizer que há toda necessidade de analisarmos a questão de votos, quer voto secreto, quer a resolução. Por quê? Porque também há um problema. Se no voto secreto um certo deputado votou contra e se ele na resolução vota contra outra vez, também ele já dá o sentido de voto. O que devia ser secreto deixa de ser. É uma questão que tem que ser analisada com muito cuidado, porque quando o voto é secreto é exactamente para a pessoa não saber qual é o sentido de voto dos deputados. Quer dizer, se o deputado votou no voto secreto a favor, ok, não há problema. Vamos também imaginar, se nós tivermos unanimidade de votos secretos, 50, e na resolução 50 votos, ok, está resolvido o problema. Mas se houver um deputado que votou contra, não vai querer, o que é normal, que as pessoas saibam que ele votou contra, porque o voto secreto é exactamente isso, é voto secreto, para a gente não saber em que sentido se direcionou um ou outro voto.

Mas eu gostaria de apelar que de facto as pessoas fizessem um exercício, no sentido de fazer com que esclareçamos melhor as pessoas que nos estão a ouvir, porque de facto faz confusão às pessoas que nos estão a ouvir, que nos estão a acompanhar, que não percebem esses meandros.

A Sra. **Presidente**: — Fica também registada a sua preocupação.

Vamos passar ao último ponto da eleição, que é discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 82 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Imprensa.

É de recordar também que aquando da apresentação das candidaturas o Sr. Deputado Danilo Santos, da bancada proponente, fez a apresentação de todos os candidatos. E assim sendo, vamos pedir aos serviços que distribuam os boletins de voto e convidar os Srs. Secretários para fazerem a contagem dos votos.

Após a votação obtivemos o seguinte resultado. Dos 50 votos o candidato Wualdyner Boa Morte obteve 37 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção.

É eleito o Sr. Wualdyner Danquá Boa Morte representante de Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa, com 37 votos a favor.

Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Projecto de Resolução n.º 82/XII/5.ª/2025 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário proceder à eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa, de conformidade com as alíneas c) e f) do n.º 1 do artigo 3.º da Lei n.º 4/1996, de 20 de Julho – Lei que constitui o Conselho Superior de Imprensa;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Eleição.

É eleito o Sr. Wualdyner Danquá Boa Morte como representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente Resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço.»

A Sra. **Presidente**: — Vamos passar à votação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Passemos à votação na especialidade. Preâmbulo.

Segundo os Secretários, a Sra. Deputada Izilda Domingos, votou a favor e contra. Qual é o seu sentido de voto, Sra. Deputada?

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Contra.

Submetido à votação, foi aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 1.º. Eleição.

Submetido à votação, foi aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Passemos à votação final global.

Risos e murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Houve um ruído na Sala, eu volto a submeter o Projecto à votação final global, para que fique claro.

Risos gerais.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Projecto Resolução sobre o Sr. Wualdyner Boa Morte, eu voto contra.

Risos gerais.

A Sra. **Presidente**: — A Sra. Deputada pode dizer-me qual é o seu sentido de voto?

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Contra.

A Sra. **Presidente**: — Contra.

Submetido à votação, foi aprovado com 41 votos a favor, 6 votos contra e 1 abstenção.

Está aprovado o Projecto de Resolução n.º 82/XII/5.º/2025 – Eleição de um Representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa. É eleito o candidato Wualdyner

Danquá Boa Morte, com 41 votos a favor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso, certamente à volta declaração de votos.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Na verdade, nós estamos perante uma situação que já devíamos ter ultrapassado há algum tempo, mas felizmente hoje está resolvida, a eleição dos membros da Mesa da Assembleia. Também, em relação aos órgãos externos, falta-nos ainda o Conselho Superior de Defesa Nacional, que o MLSTP/PSD brevemente indicará o candidato.

Gostaríamos de agradecer as Bancadas do ADI e do MCI/PS-PUN, porque nós chegamos à conclusão de que era preciso, as minhas desculpas, o Movimento BASTA também, porque finalmente nós conseguimos ultrapassar este impasse. Mas uma coisa efectivamente que levantou o Deputado Levy Nazaré, e talvez isso é que me fez lembrar do meu lapso, justamente os votos expressos e aquilo que depois vem na Resolução. O caso, por exemplo, do nosso representante no Conselho de Estado, que foi eleito com 36 votos, enquanto que os votos na Resolução foram 48. Quer dizer, isto é algo que temos que resolver rapidamente, nem que na própria Resolução haja o número de votos expresso do candidato, porque nós não estamos a ter uma postura que é a melhor. Uma coisa são os nossos votos e depois a resolução diz outra coisa diferente.

Mas se me perguntarem qual é a saída para isto, diria que se todos nós fossemos coerentes, não haveria nenhum problema. Porque se eu voto contra, na resolução o meu voto é contra. Senão eu estou a vacilar. Não. Votei contra, é contra e ponto final. Portanto, esta falta de coerência da nossa parte, que também eu não sei se os Srs. Deputados se apercebem, o povo vai seguindo isto, vai vendo que nós não somos sérios. Portanto, é bom nós evitarmos isto.

Numa situação de votação que eu votei contra, na resolução eu voto contra, não terei qualquer dificuldade. E eu agradeço os Srs. Deputados que de maneira descomplexada assumiram o seu voto. Se eu votei contra, na resolução eu voto contra.

Isto é que eu quero apelar à Sra. Presidente, mas agradecer mais uma vez a Bancada do ADI, a Bancada do MCI e os Deputados do Movimento BASTA, porque finalmente ultrapassamos isto.

Há bocado a RTP-África me chamou e me perguntaram se isto finalmente são outros rumos. Eu acredito se nós estamos a abrir um novo rumo para o nosso país, um novo entendimento para o nosso país, e é preciso nós nos entendermos. Nós somos políticos, nós somos diferentes, mas nós não somos inimigos. Estar aqui na Assembleia, estar na política, nós não estamos em guerra entre nós. Nós somos adversários, nós temos concepções políticas diferentes, mas acima de tudo, Sras. e Srs. Deputados, há um país, e eu gostaria que um dia os meus filhos sentissem orgulho daquilo que eu fiz, para melhorar o meu país.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Terminamos assim as eleições dos membros dos organismos autónomos à Assembleia Nacional, também o Vice-Presidente e o Secretário da Mesa, lugares que estavam abertos, lugares estes afectos ao Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Porque combinamos e na altura não tínhamos apresentado, nós temos o voto de pesar, que é um expediente que se faz no período prévio, mas nesta situação especial e porque todos concordamos, vamos apresentá-lo agora e votar. O Voto de Pesar pelo passamento físico da funcionária de longa data desta Casa, a Sra. Dona Antónia Guadalupe.

Uma voz: — Senhora doutora.

A Sra. **Presidente**: — Sra. Dra. Antónia Guadalupe.

Peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o voto de pesar.

A Sra. **Secretária**: — «Projecto de Voto de Pesar n.º 21/XII/5.º/2025 – Pelo passamento físico da Sra. Antónia do Espírito Santo Fonseca Guadalupe, antiga funcionária da Assembleia Nacional.

Foi com profunda consternação e tristeza que a Assembleia Nacional recebeu a notícia do passamento físico da Sra. Antónia do Espírito Santo Fonseca Guadalupe, ocorrido no dia 13 de Janeiro do corrente ano:

Antónia do Espírito Santo Fonseca Guadalupe, nasceu em São Tomé a 8 de Fevereiro de 1956, foi uma funcionária amável, dedicada e exemplar desta Casa Parlamentar.

A malograda iniciou a sua carreira na Assembleia Nacional em Maio de 1996, como Chefe de Protocolo e em Julho de 2004 foi transferida para o Departamento de Documentação e Informação Parlamentar (DDIP) e atingiu o limite de idade para o exercício das suas funções em 15 de Outubro de 2018.

Destacou-se como representante dos funcionários no Conselho de Administração durante a IX e X Legislaturas. Foi também uma das fundadoras do Sindicato dos Funcionários Parlamentares e uma das principais responsáveis pela criação do Estatuto dos Funcionários Parlamentares de São Tomé e Príncipe.

Em 2013 licenciou-se em Direito pelo Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI).

Ao longo de sua trajectória, desempenhou suas funções com zelo, dedicação, abnegação e imparcialidade, transmitindo suas experiências e conhecimentos com atitude e elevada determinação, espírito de eficiência e profissionalismo.

O Parlamento Nacional jamais esquecerá o legado deixado por esta colaboradora exemplar e tudo fará para que a sua memória permaneça viva.

A Assembleia Nacional adopta, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do seu Regimento, o seguinte:

1. Honrar a memória da Sra. Antónia do Espírito Santo Fonseca Guadalupe, pelo extraordinário contributo prestado à Assembleia Nacional ao longo de muitos anos;

2. Exprimir publicamente, através do presente Voto de Pesar, a sua maior consternação e endereçar a toda família enlutada a sua solidariedade, bem como as mais profundas e sinceras condolências.

Assembleia Nacional, São Tomé, 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, Celmira Sacramento.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Alguma consideração?

Não havendo, vamos submeter à votação o Projecto de Voto de Pesar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 47 votos a favor.

Que Deus a tenha em sua infinita glória.

Estamos a terminar, temos o último ponto, analisado com alguma exaustão, é verdade que se diga, porque inicialmente todas as opiniões não indicavam para o mesmo, mas depois de muita reflexão decidiu-se pela indicação deste ponto, que é a discussão e votação na generalidade, especialidade e final global do Projecto de Resolução n.º 77/XII/5.ª/2025 – Prorrogação da 5.ª Sessão Legislativa até 15 de Março. E nós tivemos um *feedback*, porque sempre podemos fazer e estamos sujeitos a ajustes. Foi-nos remetida a situação que se encontra no artigo 59.º do nosso Regimento, cuja epígrafe é convocação fora do período normal de funcionamento. O seu artigo 1.º diz textualmente o seguinte: «Fora do período indicado no n.º 2 do artigo 57.º...», remete-nos para o artigo 57.º, sessões legislativas, que no seu 2.º ponto diz o seguinte: «As referidas sessões terão início em 15 de Abril e 15 de Outubro, não excedendo quatro meses.»

Posto isto, a Assembleia Nacional pode funcionar por deliberação do Plenário, prorrogando o período normal de funcionamento, por iniciativa da Comissão Permanente ou, na impossibilidade desta e em caso de grande emergência, por iniciativa de mais de metade dos Deputados. É uma situação, estamos a refletir, submetemos ao Plenário para esta reflexão que nos diz que quem tem essa iniciativa é a Comissão Permanente, que só a Comissão Permanente pode prorrogar o período de funcionamento.

Uma voz: — Fora do período.

A Sra. Presidente: — Fora do período normal.

A Sra. Presidente: — Eu também estive a discutir isto. Eu disse, bom, não estamos fora do período, estamos dentro do período. Quem tem iniciativa? A minha lógica era esta, estamos ainda dentro do período, o Plenário deve deliberar. Só seria iniciativa da Comissão Permanente fora do período regulamentar. Por isso, eu decidi submeter ao Plenário esta questão. É assim que nós pensamos e agimos, porque ainda estamos dentro do período. A Comissão Permanente não é para aqui chamada ainda. Só depois. Hoje ainda é dia 14, nós temos ainda amanhã, dia 15, que fecha. Portanto, estando a submeter ao Plenário hoje dia 14 dentro do período normal de funcionamento, para aqui não seria chamado Comissão Permanente. A Comissão Permanente só teria espaço fora do período.

Esta situação que eu deixo para reflexão.

Avanço já que a ideia da Mesa era prorrogar por 1 mês em concertação com o Governo, por causa dos trabalhos da análise das GOP e do OGE. Então, nós perspectivamos 1 mês para todos sem excepção estarem envolvidos nos trabalhos parlamentares. Por quê? Nós costumamos deliberar no sentido de as comissões funcionarem durante o período de férias.

Acontece, porém, que, se nós deliberarmos neste sentido, os Deputados que não são membros das Comissões vão fazer as suas férias, e durante os trabalhos pode haver necessidade de substituição de um ou de outro deputado.

Por isso, nós decidimos para que todos estejam envolvidos, prorrogar o funcionamento por 1 mês, assim teríamos todo trabalho preparado e a Comissão Permanente por exemplo, se vier a ser o caso, só deliberar para uma plenária extraordinária para aprovação do OGE e das GOP. Foi esse o espírito que nos norteou a fazer essa prorrogação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Apenas para uma contribuição.

Acho que a melhor forma de resolver é dar autorização para as comissões funcionarem no período de férias. Porque nesse período, havendo necessidade de fazer reunião plenária, a Comissão Permanente assim determina. Porque o artigo 59.º que a Sra. Presidente leu está claro. A plenária só pode deliberar fora do período normal de funcionamento. Começa logo no início do n.º 1 do artigo 58.º. Mesmo o artigo 59.º também começa logo «fora do período indicado n.º 2». Quer dizer que é convocação normal. Então, se nós estamos em Plenário, estamos a funcionar, não há necessidade de a Comissão Permanente ser chamada. Portanto, esses artigos são para o período em que a Assembleia estiver de férias, fora do período regular. Quando nós estamos a funcionar como hoje, a Comissão Permanente não é aqui chamada Não. A Comissão Permanente não é aqui chamada, porque nós estamos a funcionar normalmente. Agora, a partir de amanhã, se houver essa necessidade, a Comissão Permanente tem que ter iniciativa.

Estando no funcionamento normal, por que é que estamos a prorrogar? Estamos a funcionar normalmente. Esses dois artigos são mais para fora do período, ou seja, a partir de amanhã. É por isso que tem sido prática autorizar as Comissões a funcionarem mesmo no período de férias, e quando houver necessidade a Conferência decide e a Comissão Permanente decide para marcar uma reunião plenária. Portanto, é muito mais equilibrado, entre aspas, que nós estamos aqui a prorrogar o que está estabelecido, que é o período de 4 meses para cada sessão legislativa.

O legislador prevê as sessões extraordinárias, está claro, mas fora do período regular de funcionamento. Se nós estamos hoje no período regular de funcionamento, não tem nada que chamar. Portanto, podemos autorizar todas as comissões a funcionarem no período de férias, está autorizado. Havendo matérias, a Mesa remete às Comissões. Quando submeterem à Mesa os pareceres, a Mesa convoca a Comissão Permanente, toma a decisão, e são chamados os Deputados que, estando de férias ou não, têm sempre substitutos. Não é em vão que, em cada lista concorrente, há 110 nomes, e Assembleia é composta por 55 deputados.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnaldo d'Oliveira, Vice-Presidente.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Obrigado, Sra. Presidente.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Desculpe, Sr. Deputado.

Até porque nós estamos aqui a fixar 30 dias, e o período regular dentro dos prazos, se for o caso do Orçamento, é superior. Mesmo que a Sra. Presidente possa pedir às Comissões para diminuírem o tempo, estão no seu direito dizer que esse prazo não chega, e temos que cumprir, porque é regimental. E se for 45 dias, não estamos a fazer nada, porque terminado os 45 dias também não podemos reunir, terminados os 30 dias. É mais elástica no tempo que as comissões funcionem, não tem prazo, durante o período de férias e, havendo necessidade de Comissão Permanente decide. É muito mais flexível do que nós estancarmos 30 dias e depois comissões virem dizer que 30 dias não deu, porque uma comissão atrasou. O que fazer? Aí temos que voltar outra vez a chamar a Comissão Permanente. Vem dar no mesmo.

Uma voz: — Quer dizer que 30 dias, 10% pode fazer 60.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Obrigado.

A Sra. Presidente: — Antes, Sr. Vice-Presidente, só para esclarecer esta parte.

Eu, na altura, quando introduzi a questão, disse que discutimos exaustivamente. O que o Sr. Deputado Delfim acabou de citar agora, nós discutimos também. Os 30 dias seriam suficientes para os trabalhos todos preliminares. Porque há um *time* que as comissões devem apresentar, para analisar o Orçamento e há outro para a sua discussão. Neste que exige engajamento e envolvimento de todos, são 30 dias. 20 dias para as comissões todas e outros 10 para a 2.ª Comissão, que tem a incumbência de produzir o relatório final. Asseguramos esta ideia. E depois quem sabe a Comissão Permanente entraria só para agendar a plenária extraordinária, para aprovação ou coisa assim. Mas o trabalho todo de análise e pareceres estariam assegurados.

Foi nesta perspectiva.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — O Governo não entrega o Orçamento amanhã?

A Sra. Presidente: — Connosco estava um representante do Governo, que é a Sra. Ministra da Justiça, Assuntos Parlamentares e Direito da Mulher, que assegurou que o Governo iria submeter em tempo oportuno, o mais rápido possível, o Orçamento.

Imbuídos deste espírito é que nós preparamos esta prorrogação.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Abnaldo d'Oliveira (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Depois de ter lido no Diário o Projecto de Resolução que fixa 30 dias, também estou de acordo com a opinião do Sr. Deputado Delfim Neves, que não devemos fixar 30 dias. Pelas razões regimentais, aliás a Sra. Presidente acaba de explicar o artigo 207.º, que as comissões todas assim, que entra o Orçamento, têm 20 dias para trabalhar e depois a Comissão específica, que é a 2.ª Comissão, terá mais 10 dias, que perfazem 30 dias. Se nós aprovarmos hoje, 30 dias, é hoje dia 14, para 14 de Março. Se o orçamento entrar dia 18, então nós já estariam desfasados. Só as comissões já estariam fora, em contramão, e depois a própria convocação para a plenária. É verdade que há a Comissão Permanente.

Então, a minha opinião é de fazermos como já fizemos, até porque a Assembleia não vem trabalhando. No mês de Dezembro ficamos na festa e tal, Janeiro começou com um bocado de turbulência, então, a minha sugestão é permitir que as comissões trabalhem durante o período de férias, os Deputados que quiserem gozar férias poderão ter faltas justificada ou substituição, para trabalharmos tranquilamente, sem estresse.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, é só um esclarecimento.

Esta autorização para trabalhar durante as férias não será exclusivamente para o Orçamento. Porque a 2.ª Comissão tem um pedido para uma audiência com uma entidade externa, já na perspectiva de se prorrogar o prazo. Iria discutir na Terça-feira a data para agendar essa audiência com a entidade. É preciso saber se é exclusiva só para o Orçamento ou se é para todos os trabalhos da Comissão.

É só para esclarecer.

Obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado e Presidente da 2.ª Comissão.

Só a Comissão, se fosse na perspectiva habitual. Tendo em conta que a ideia da prorrogação é para todos os trabalhos, então, todos os trabalhos. Mas também devemos assegurar que Orçamento Geral do Estado tem primazia sobre todos outros assuntos. É verdade.

Então, em que ficamos? Vamos deixar cair por terra a questão de 30 dias? Vamos para um Projecto de Resolução, para que as comissões funcionem durante as férias parlamentares. E como nós trabalhamos assim desse jeito já temos outro projecto.

Muito obrigada.

Então, nós como prevíamos a situação, até por isso submetemos à análise e reflexão, tínhamos o trabalho de casa feito e eu peço à Sra. Secretária da Mesa que apresente o Projecto de Resolução que autoriza as comissões a funcionarem durante o período de férias parlamentares.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa.

A Sra. Secretária: — «Projecto de Resolução sobre Autorização para que as Comissões Especializadas Permanentes funcionarem durante o período de férias parlamentares.

Preâmbulo.

O XIX Governo Constitucional, nomeado em 13 de Janeiro de 2025, marcou uma transição que resultou na caducidade e na necessidade de renovação de diversos diplomas em tramitação, impondo a sua reapresentação, para garantir a continuidade do processo legislativo.

Considerando que a mudança de Governo exige a apresentação das Propostas de Lei que aprovam as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano económico de 2025, assegurando a sua apreciação e votação pela Assembleia Nacional, após a aprovação do Programa do Governo;

Tendo em conta que esta 5.ª Sessão Legislativa tem o seu término previsto para o dia 15 de Fevereiro do corrente ano, não sendo possível concluir a aprovação desses dois instrumentos essenciais para vida económica do País na presente Sessão Legislativa;

Neste sentido, necessário se torna autorizar as comissões especializadas permanentes a funcionarem durante o período de férias parlamentares, a fim de assegurar a discussão e votação das iniciativas legislativas em curso, bem como as Propostas de Lei que aprovam as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2025, consideradas fundamentais para a implementação das políticas públicas.

Assim, a Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Autorização.

É autorizado o funcionamento das comissões especializadas permanentes da Assembleia Nacional, durante o período de férias parlamentares, a fim de concluir os trabalhos parlamentares em curso, bem como para análise, discussão e votação das Propostas de Lei que aprovam as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2025.

Artigo 2.º Entrada em vigor.

A presente Resolução entra em vigor imediatamente.

Assembleia Nacional, em São Tomé aos 14 de Fevereiro de 2025.

A Presidente da Assembleia Nacional, *Celmira Sacramento.*»

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Secretária.

Submetemos o Projecto para apreciação, está tudo nos conformes, Sras. e Srs. Deputados?

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Permite-me mesmo aqui no lugar, Sra. Presidente, não vai mudar o conteúdo, é apenas para inverter a posição ou ordem da oração.

Está para concluir outros trabalhos em curso e/ou bem como as Grandes Opções e o Orçamento. Gostaria que fosse primeiro Orçamento e depois outros trabalhos em curso. Fiz entender?

A Sra. Presidente: — «A fim de concluir os trabalhos parlamentares em curso, bem como...». Fazer o contrário.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Que fosse o contrário.

A Sra. Presidente: — Os Serviços estão a entender?

O Orçamento Geral do Estado e as Grande Opções do Plano em primazia. Deve aparecer primeiro e os outros trabalhos virão a seguir.

Está registado?

Podemos prosseguir?

Vamos submeter à votação com esta alteração.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, com 46 votos a favor.

Há uma questão que me passou, mas ainda vamos a tempo. Para que as comissões funcionem no período de férias parlamentares, é necessário que todos os Deputados das respetivas comissões estejam de acordo. E tendo em conta estamos todos aqui, os Deputados também das comissões votaram a favor, quer dizer que estamos todos de acordo, para não haver reclamação depois. Quem não estiver de acordo que diga.

Todos votaram a favor, quer dizer que estamos todos de acordo.

Precisava fazer esse reparo.

Então, vamos submeter para votação na especialidade. Preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 1.º. Autorização.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar à votação final global do Projecto de Resolução.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

São 16 horas e 12 minutos. Pelos pontos que tínhamos agendado, perspectivávamos concluir um pouco mais tarde, mas graças às Sras. e Srs. Deputados, concluímos os nossos trabalhos.

Já não podemos e nem posso desejar boas férias, porque quase todos os Deputados estão envolvidos nas comissões. Seja como for, voltaremos a nos encontrar em Plenário, para analisarmos o Orçamento Geral do Estado, melhor dizendo, para breve.

Que tenham todos e todas o resto de feliz dia de São Valentim.

Está encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 12 minutos.